



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2026
REGISTRO DE PREÇOS
Licitação Exclusiva para ME/EPP

Município de Não-Me-Toque
Edital de Pregão Presencial nº 007/2026
Tipo de julgamento: **menor valor por lote**

***REGISTRO DE PREÇOS** para aquisições futuras de Extintores de Incêndio e as respectivas placas indicativas, luminárias de emergência, placas e itens de sinalização de prevenção de incêndio, bem como, a futura prestação dos serviços de manutenção níveis I, II e III.*

O PREFEITO MUNICIPAL DE NÃO-ME-TOQUE, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que será realizada licitação na modalidade Pregão Presencial, para:

REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de Extintores de Incêndio e as respectivas placas indicativas, luminárias de emergência, placas e itens de sinalização de prevenção de incêndio, bem como, a futura prestação dos serviços de manutenção níveis I, II e III, para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Não-Me-Toque/RS.

REGEM A PRESENTE LICITAÇÃO A LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 E DECRETO MUNICIPAL Nº 118/2023.

A sessão pública será realizada às **09 horas** do dia **07 de abril de 2026**, na Sala de Reuniões, sito na Avenida Alto Jacuí, nº 840 - Centro, onde se reunirão o pregoeiro e a equipe de apoio, designados pela Portaria nº 35.120 de 02 de janeiro de 2026, para recebimento das propostas e documentos de habilitação.

O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos no site do Município de Não-Me-Toque/RS www.naometoque.rs.gov.br. Informações poderão ser obtidas no Setor de Compras e Licitações na Avenida Alto Jacuí, nº 840 - Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h15min às 11h33min e das 13h30min às 17h, pelos telefones (54) 3332-2600 e (54) 99682-9306 (WhatsApp) ou pelo e-mail edital.impugnacao@naometoque.rs.gov.br.

Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico: www.naometoque.rs.gov.br.

A Administração não se responsabilizará caso o pretenso licitante não acesse o e-mail informado ou não visualize a alteração no site supracitado, consequentemente desconhecendo o teor dos avisos publicados.

1. OBJETO

1.1 O objeto deste Pregão Presencial é o “**REGISTRO DE PREÇOS** para aquisições futuras de Extintores de Incêndio e as respectivas placas indicativas, luminárias de emergência, placas e itens de sinalização de prevenção de incêndio, bem como, a futura prestação dos serviços de manutenção níveis I, II e III, para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Não-Me-Toque/RS, de acordo com as especificações, quantitativos e condições, estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos a este Edital.

1.2. As quantidades máximas constantes no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência são estimativas, não se obrigando a Administração pela aquisição total.

2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

2.1. Para participação no certame, a licitante deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de nº 1 e nº 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

AO MUNICÍPIO DE NÃO-ME-TOQUE

EDITAL DE PREGÃO Nº 007/2026

ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA

PROPONENTE (NOME COMPLETO)

TELEFONE E E-MAIL

AO MUNICÍPIO DE NÃO-ME-TOQUE

EDITAL DE PREGÃO Nº 007/2026

ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO

PROPONENTE (NOME COMPLETO)

TELEFONE E E-MAIL

2.2. **Todo o documento exigido no presente instrumento convocatório poderá ser apresentado em original ou por qualquer processo de cópia autenticada, por tabelião ou por servidor público deste Município, ou, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial.**

2.2.1. Os documentos extraídos da internet serão tidos como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração.

2.3. Poderão participar deste Pregão as empresas legalmente constituídas e que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Edital e seus Anexos.

2.4. Não poderão participar do presente certame a empresa:

2.4.1. Empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o Município, durante o prazo da sanção aplicada nos termos da legislação vigente;

2.4.2. Empresa que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da legislação vigente ou que esteja cumprindo a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE NÃO-ME-TOQUE/RS.

2.4.3. Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º, § 1º e 2º da Lei n.º 14.133/2021;

2.4.4. Empresas estrangeiras que não funcionem no País;

2.4.5. Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;



PODER EXECUTIVO

NÃO-ME-TOQUE

CAPITAL NACIONAL DA AGRICULTURA DE PRECISÃO



2.4.6. Empresas que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

2.4.7. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

2.4.8. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

2.4.9. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.4.10. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.4.11. Consórcio de empresa, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.4.12. Demais condições estabelecidas no art. 14 da Lei 14.133/2021.

2.5. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação, nos termos do art. 16 da Lei 14133/2021.

2.6. A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

3 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

3.1. A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao pregoeiro, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

3.1.1. A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de identidade ou CNH.

3.2. A documentação referente ao credenciamento de que trata o item 3 deverá ser apresentada **fora dos envelopes**.

3.3. O credenciamento será efetuado da seguinte forma:



PODER EXECUTIVO

NÃO-ME-TOQUE

CAPITAL NACIONAL DA AGRICULTURA DE PRECISÃO



a) se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:

a.1) cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado e autenticado;

a.2) documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;

a.3) inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;

a.4) decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática dos demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

a.5) registro comercial, se empresa individual, devidamente registrado e autenticado.

b) se representada por procurador, deverá apresentar:

b.1) instrumento público ou particular de procuração, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou

b.2) carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática dos demais atos inerentes ao certame.

c) apresentar, ainda, declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação.

d) Documento comprobatório e/ou declaração assinada pelo contador responsável pela empresa licitante ou pelo seu responsável legal de que essa se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, com base na Lei Complementar nº 123/2006, se for o caso da licitante.

Observação 1: Em ambos os casos (b.1 e b.2), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.

Observação 2: Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a carta de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

Observação 3: Se a licitante não apresentar a declaração escrita, prevista no item 3.3 letra "c", seu representante poderá fazê-la, de próprio punho, no momento do credenciamento.

3.4. O pregoeiro realizará o credenciamento das interessadas aptas a participar do certame, que comprovarem, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como para a prática dos demais atos do certame;

3.5. Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatório a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.



PODER EXECUTIVO

NÃO-ME-TOQUE

CAPITAL NACIONAL DA AGRICULTURA DE PRECISÃO



3.6. Se a licitante encaminhar sua proposta, e não se fizer representar no momento do credenciamento, deverá encaminhar os seguintes documentos fora dos envelopes de habilitação e de propostas:

3.6.1. Declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme anexo.

3.6.2. Documento comprobatório e/ou declaração assinada pelo contador responsável pela empresa licitante ou pelo seu responsável legal de que essa se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, com base na Lei Complementar nº 123/2006, se for o caso da licitante.

4 - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

4.1. No dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, o pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes nº 01 – PROPOSTA e 02 - DOCUMENTAÇÃO.

4.2. Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

4.3. O pregoeiro realizará o credenciamento das interessadas, conforme previsto no item 03.

5 - PROPOSTA DE PREÇO:

5.1. A proposta, cujo prazo de validade é fixado pela Administração em 60 dias, deverá ser datada e assinada pelo representante legal da empresa, ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, e deverá conter:

a) razão social da empresa;

b) descrição completa dos produtos, materiais e/ou serviços;

c) preço unitário e total do item, e valor global do lote, indicado em moeda nacional, onde deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta da licitante vencedora.

5.1.1. A licitante deverá cotar todos itens do lote, sob pena de desclassificação de sua proposta.

5.2. Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço unitário até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

5.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à CONTRATADA.

5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento de bens ou serviços.

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



PODER EXECUTIVO

NÃO-ME-TOQUE

CAPITAL NACIONAL DA AGRICULTURA DE PRECISÃO



5.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.7. Os anexos que acompanham este edital (planilha orçamentária, detalhamento dos encargos sociais e BDI) deverão ser confeccionados pelo vencedor, quando da elaboração da respectiva proposta readequada.

5.8. No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na proposta, deverá ser considerado o descritivo do Edital.

5.9. Fica autorizada ao Pregoeiro e equipe de apoio, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, quando entender por interpretação sistêmica a melhor garantia à supremacia de interesse público em confronto com os princípios constitucionais da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, conforme determina a Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública presencial, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência (Anexo I).

6.3. Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

6.4. Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

6.5. No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta classificada em segundo lugar, até a proclamação da vencedora.

6.6. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

6.7. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida a ordem prevista nos itens 6.5 e 6.6.

6.7.1. Dada a palavra a licitante, esta disporá de 20 s (vinte segundos) para apresentar nova proposta.

6.8. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

6.8.1. A diferença entre cada lance não poderá ser inferior a **1% (um por cento)**.



PODER EXECUTIVO

NÃO-ME-TOQUE

CAPITAL NACIONAL DA AGRICULTURA DE PRECISÃO



6.9. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes neste edital.

6.10. O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, conseqüentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.

6.11. Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de **menor valor por lote** e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

6.12. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.13. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.

6.14. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o **menor valor por lote**, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço de mercado.

6.15. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

6.16. Encerrada a etapa de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias da Lei Complementar nº 123;

6.16.1. Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

6.16.2. Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

a.1) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens 6.16, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

b) Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 6.16 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea *a* deste item.

6.16.3. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada dentre as propostas empatadas.



PODER EXECUTIVO

NÃO-ME-TOQUE

CAPITAL NACIONAL DA AGRICULTURA DE PRECISÃO



- 6.17.** O disposto no item 6.16 não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.
- 6.18.** Se não houver licitante que atenda ao item 6.16 e seus subitens, serão utilizados os critérios de desempate, constantes no art. 60 da Lei 14.133.
- 6.19.** Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no item 6.16, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 6.20.** Aplicam-se os subitens 6.16 a 6.19 somente no caso de itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte.
- 6.21.** Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) poderá realizar contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 6.21.1.** A negociação será realizada durante a sessão, acompanhada pelos demais licitantes presentes.
- 6.21.2.** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar como licitante para que seja obtido preço melhor.
- 6.22.** O(a) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (dois) dias úteis, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada**, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados para o e-mail: edital.impugnacao@naometoque.rs.gov.br ou poderá ser entregue presencialmente ao pregoeiro e equipe de apoio.
- 6.22.1.** A proposta de preços atualizada e documentos complementares se for o caso, deverão estar em formato PDF.
- 6.23.** Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 6.24.** Se a proposta não for aceitável, se o proponente não atender às exigências habilitatórias ou se não for possível assinar o contrato com o licitante vencedor, o(a) pregoeiro(a) examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, até apurar a melhor proposta válida.
- 6.25.** Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 7.1.** Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 7.2.** Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável, e que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentar desconformidade com as exigências do ato convocatório.



PODER EXECUTIVO

NÃO-ME-TOQUE

CAPITAL NACIONAL DA AGRICULTURA DE PRECISÃO



- 7.3.** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 7.4.** Como regra, será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço estimado fixado no Edital, desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 7.4.1.** Em casos excepcionais, poderá ser aceita uma proposta ou lance vencedor com um preço final superior ao preço estimado, desde que devidamente justificado e após uma avaliação detalhada pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio. O pregoeiro e equipe de apoio, poderão realizar diligência ao órgão responsável pela elaboração da pesquisa de preços e termo de referência, o qual deverá manifestar-se conforme solicitado pelo pregoeiro no prazo de até 02 (dois) dias úteis.
- 7.5.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 7.6.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 7.7.** O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para entregar ou enviar documento complementar, no prazo de 02 (dois) dias úteis, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.7.1.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo(a) Pregoeiro(a) por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo(a) Pregoeiro(a).
- 7.7.2.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados pelo licitante, por meio e prazo indicados pelo(a) Pregoeiro(a), em ata, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.7.3.** Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos no subitem 7.6.2, o(a) Pregoeiro(a) exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de **05 (cinco) dias** úteis contados da solicitação.
- 7.8.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.8.1.** Se tratando de Lote, a desclassificação de um único item do lote implicará na desclassificação da proposta para todo o lote, ou seja, a proposta somente será aceita se atender aos requisitos para todos os itens que compõem o lote.
- 7.9.** Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando através de ata nova data e horário para a sua continuidade.
- 7.10.** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação,



PODER EXECUTIVO

NÃO-ME-TOQUE

CAPITAL NACIONAL DA AGRICULTURA DE PRECISÃO



da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7.12. O pregoeiro(a) disponibilizará as Atas e Relatórios aos licitantes participantes.

8. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

8.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

8.1.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:2:2088778921818::NO:2>).

8.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.1.4.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) fará diligência para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.1.4.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.1.4.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.1.5. Constatada a existência de sanção, o(a) Pregoeiro(a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.1.6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica, se for o caso.



PODER EXECUTIVO

NÃO-ME-TOQUE

CAPITAL NACIONAL DA AGRICULTURA DE PRECISÃO



8.3. Após a entrega dos documentos de habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, conforme art. 64 da Lei Federal 14.133/21.

8.4. Os licitantes deverão apresentar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação, dentro do ENVELOPE Nº 02, os seguintes documentos:

8.5. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: A habilitação do licitante será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos, conforme art. 62 da Lei Federal nº 14.133/21.

- a)** Registro comercial, no caso de empresa individual e comprovação de pertinência entre o ramo de atividade e o objeto licitado; ou
- b)** Ato constitutivo, estatuto social, contrato social ou sua consolidação e posteriores alterações contratuais, devidamente registradas na junta comercial e em vigor e, no caso de sociedade por ações, acompanhado da Ata de eleição e sua atual administração, registrados e publicados, e comprovação de pertinência entre o ramo de atividade e o objeto licitado; ou
- c)** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; ou
- d)** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e)** Documentos pessoais de identificação do responsável pela empresa que assinará a ata de registro de preços ou contrato administrativo (RG e CPF, Carteira de Habilitação ou Profissional). Caso não tenha sido apresentada pela licitante, o pregoeiro e equipe de apoio poderão solicitar, durante diligência.
- f)** Declaração para fins do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos.
- g)** Declaração da licitante não possuir em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- h)** Declaração da licitante, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- i)** Declaração da licitante que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



PODER EXECUTIVO

NÃO-ME-TOQUE
CAPITAL NACIONAL DA AGRICULTURA DE PRECISÃO



j) Declaração emitida pela empresa atestando que não possui em seu quadro societário servidor público ou da ativa no município de Nã-Me-Toque, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, quando for o caso.

k) Documento comprobatório e/ou declaração assinada pelo contador responsável pela empresa licitante ou pelo seu responsável legal de que essa se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, com base na Lei Complementar nº 123/2006, se for o caso da licitante. Caso a licitante tenha apresentado o documento no momento do credenciamento, não é necessário a apresentação novamente, no envelope da documentação de habilitação.

8.6. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA: documentos conforme art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

f) Prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

g) Certidão que prove inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT (Lei nº 12.440/11, que modificou o Decreto-Lei 5.452/43), com vigência até a data da abertura da sessão pública, art. 68, V da Lei 14.133/2021.

8.7. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: conforme art. 69, II da Lei Federal nº 14.133/2021.

a) Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, **em vigor** (Lei 11.101/2005). As certidões que não expressarem o prazo de validade deverão ter a data de expedição não superior a 90 (noventa) dias da data de abertura do certame.

8.8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: conforme art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.

a) Apresentar Registro da Declaração de Conformidade do Fornecedor junto ao INMETRO, para que a empresa exerça as atividades de venda, manutenção, recarga, inspeção técnica e manutenção de extintores de incêndio (Portaria Inmetro/ME nº 58, de 16 de fevereiro de 2022 e alterações posteriores), **para os itens do LOTE 01** descritos na tabela do item 1.2 do Termo de Referência (Anexo II);



PODER EXECUTIVO

NÃO-ME-TOQUE
CAPITAL NACIONAL DA AGRICULTURA DE PRECISÃO



- b)** Apresentar Certificado de Conformidade do fabricante junto ao INMETRO, **para os itens dos LOTES 02 (exceto itens 12 e 13), e LOTES 03 e 04** descritos na tabela do item 1.2 do Termo de Referência (Anexo II);
- c)** Apresentar Certificado de Conformidade do fabricante junto ao INMETRO ou certificado internacional equivalente **para os itens do LOTES 05 (exceto itens 06 e 07)** descritos na tabela do item 1.2 do Termo de Referência (Anexo II).

8.9. As declarações falsas relativas ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

8.10. Não constando no documento seu prazo de validade, será aceito documento emitido até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de sua apresentação.

8.11. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Da habilitação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar 123/06:

8.12.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida, inclusive de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

a) Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal e trabalhista**, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante for declarado o vencedor do certame, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação.

8.12.2. O prazo de que trata a letra "a" do sub-item 8.12.1 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

8.12.3. Ocorrendo a situação prevista na letra "a" do sub-item 8.12.1, a sessão do pregão será suspensa, podendo o pregoeiro fixar, desde logo, a data em que dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.

8.12.4. A não-regularização da documentação no prazo previsto no sub-item acima implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

8.12. Os envelopes de documentação que não forem abertos ficarão em poder do pregoeiro pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-los após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.



9. DO RECURSO

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.3. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento;

9.3.4. O recurso deve ser apresentado de forma escrita, fundamentada e conter assinatura do impugnante em via original;

9.3.5. O recurso será recebido no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, sito à Av. Alto Jacuí, 840, centro, no horário das 08h15min às 11h30min e das 13h30min às 17 horas; ou,

9.3.6. O recurso poderá ser encaminhado por correio eletrônico (e-mail), para o endereço edital.impugnacao@naometoque.rs.gov.br. Nesse caso, o documento original deverá ser digitalizado e encaminhado em anexo à mensagem, para que no Setor de Compras seja impresso e registrado no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal.

9.3.7. Somente será apreciado o teor dos documentos protocolados na forma definida nos itens anteriores.

9.3.8. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.3.9. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.3.10. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.3.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.3.12. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: www.naometoque.rs.gov.br



PODER EXECUTIVO

NÃO-ME-TOQUE

CAPITAL NACIONAL DA AGRICULTURA DE PRECISÃO



10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

10.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

10.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

10.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

10.2.1. A convocação se dará por meio de e-mail, telefone, watts ou outro meio de comunicação, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

10.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos nos documentos apresentados na sessão pública, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021:

- a)** Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b)** Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c)** Proceder a anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d)** Homologar a licitação.

11.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

11.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

11.4. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

12. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Após a homologação da licitação, será lavrada Ata de Registro de Preço, com vigência de 01 (um) ano, com o FORNECEDOR classificado em primeiro lugar, podendo ser prorrogada pelo mesmo período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. O contrato decorrente da Ata, quando for o caso, terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nele contidas.



PODER EXECUTIVO

NÃO-ME-TOQUE

CAPITAL NACIONAL DA AGRICULTURA DE PRECISÃO



12.3. O Contrato poderá ser substituído pela Ordem de Compra ou Nota de Empenho.

12.4. O licitante vencedor deverá assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da convocação, sob pena de aplicação das sanções pertinentes, podendo ser prorrogado, mediante solicitação e aceite pela Administração, por igual período.

12.5. Quando o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar a Ata de Registro de Preço, no ato da assinatura deste, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar a Ata de Registro de Preço, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

12.6. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidores designados pelo Município, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei nº 14.133/2021, em atendimento ao disposto no Art.117 da mesma lei.

12.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pelo contratante.

12.8. O Aceite da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

12.8.1. A referida ordem de compra ou nota de empenho está substituindo o contrato, aplicando-se a relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

12.8.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

12.8.3. A contratada reconhece que as hipóteses de extinção do contrato são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 139 da mesma Lei.

12.9. Previamente à contratação, a Administração poderá realizar consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

12.10. Na solicitação dos materiais, produtos ou serviço, poderá ser exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

12.11. No caso da contratada não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a receber a ordem de compra, nota de empenho ou assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar a ata de registro de preços.



PODER EXECUTIVO



13. DO REAJUSTAMENTO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO EM SENTIDO GERAL

13.1. Os preços contratados serão fixos e irremovíveis, pelo período de 12 (doze) meses a partir da **data do orçamento estimado**.

13.2. O valor do contrato será fixo e irremovível, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite do orçamento estimado, utilizando como indexador o Índice Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), tomando-se por base a data da apresentação da proposta.

13.3. A periodicidade do reajuste é anual, aplicado somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realizados a partir do 1º (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º (décimo segundo) mês e, assim, sucessivamente, contado desde a data da apresentação da proposta e de acordo com a vigência do contrato.

13.4. Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual terá vigência e passará a ser praticado pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.

13.5. Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 124, Inciso II, Alínea d, da Lei 14.133/2021, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.

13.6. O equilíbrio econômico deverá ser precedido de pesquisa de preços prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis que assegurem o levantamento adequado das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de guardar a justa remuneração do objeto contratado e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

14. DA EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. A ata de registro de preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

14.2. A execução da ata de registro de preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

14.2.1. A designação do gestor e fiscal das aquisições adquiridas através de ata de registro de preços será realizada no momento da solicitação do pedido de compra, onde constará na ordem de compra e nota de empenho os responsáveis pela fiscalização.

14.2.2. Quando formalizado contrato administrativo, o gestor e fiscal serão neste documento designados.

14.2.3. Poderão ainda, se necessário, o Gestor e Fiscal do contrato administrativo/ata de registro de preços serem designados através de portaria.



PODER EXECUTIVO

NÃO-ME-TOQUE
CAPITAL NACIONAL DA AGRICULTURA DE PRECISÃO



14.2.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato administrativo/ata de registro de preços, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

14.2.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

14.2.6. O fiscal do contrato administrativo/ata de registro de preços será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

14.3. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração durante a prestação do serviço e/ou fornecimento do bem para representá-lo na execução do contrato.

14.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato administrativo/ata de registro de preços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

14.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato administrativo/ata de registro de preços, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pelo contratante.

14.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato administrativo/ata de registro de preços.

14.7. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado não poderá subcontratar partes do objeto desta licitação.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

15.1. As obrigações da contratante e contratada estão estabelecidas no Termo de Referência (Anexo II) e na Minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo V) do presente Edital de Pregão Presencial.

16. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

16.1. O prazo para execução encontra-se estabelecido no Termo de Referência (Anexo II) e na Minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo V) do presente Edital de Pregão Presencial.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado na quantidade contratados, após a apresentação da Nota Fiscal detalhando o objeto fornecido, com o devido recebimento e a aprovação do gestor e do fiscal, de acordo com o empenho, por meio de depósito bancário, conforme ordem cronológica de pagamentos obedecendo à exigibilidade do crédito conforme Decreto nº 106/2016 de 25 de Maio de 2016, e alterações posteriores.

17.2. Será obrigatório constar no corpo de cada Nota Fiscal emitida, em local de fácil visualização, a indicação do presente Processo Licitatório (Pregão Presencial) e da ordem de compra, bem como dados bancários para depósito, a fim de se acelerar o trâmite do documento fiscal para pagamento.



PODER EXECUTIVO

NÃO-ME-TOQUE

CAPITAL NACIONAL DA AGRICULTURA DE PRECISÃO



17.3. No pagamento serão retidas do valor da contratação todas as retenções previdenciárias, impostos e taxas permitidos na Lei.

17.4. Na hipótese da licitante ser optante do SIMPLES, a empresa deverá informar através de declaração ou na Nota Fiscal a alíquota de ISSQN a ser recolhido.

17.5. A **CONTRATADA** deverá fornecer os dados bancários para o pagamento, tais como banco, agência, conta corrente da empresa.

17.6. Na nota fiscal é obrigatório que a **CONTRATADA** informe o valor de retenção do IRRF da prestação de serviços realizados para o Município de Nã-Me-Toque (RS), conforme disposto na IN RFB nº 1.234/2012, a fim de viabilizar o cumprimento do art. 1º do Decreto Municipal nº 83/2022, de 23 de fevereiro de 2022.

17.7. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar o recebimento do objeto do solicitado.

17.8. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, nos termos do Art. 90, §21 da Lei no 14.133/2021, onde o fiscal e gestor serão os responsáveis pela verificação da regularidade da contratada.

17.8.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

17.9. Será considerada a data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.12. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar no 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



PODER EXECUTIVO

NÃO-ME-TOQUE
CAPITAL NACIONAL DA AGRICULTURA DE PRECISÃO



18. DA(S) DOTAÇÃO(ES) ORÇAMENTÁRIA(S)

18.1. Os recursos destinados à cobertura das despesas ora pretendidos se encontram alocados no Orçamento Geral do Município e serão custeadas com recursos financeiros provenientes do Tesouro Municipal.

18.2. A dotação orçamentária será informada no pedido de compra, no momento da contratação pela secretaria requisitante.

19. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

19.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública.

19.2. O interessado em apresentar impugnação ao presente edital deverá observar os seguintes procedimentos:

19.2.1. A impugnação deve ser apresentada de forma escrita, fundamentada e conter assinatura do impugnante em via original;

19.2.2. A impugnação será recebida no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, sito à Av. Alto Jacuí, n. 840, centro, no horário das 08h15min às 11h30min e das 13h30min às 17 horas; ou

19.2.3. A impugnação poderá ser encaminhada por correio eletrônico (e-mail), para o endereço edital.impugnacao@naometoque.rs.gov.br. Nesse caso o documento original deverá ser digitalizado e encaminhado em anexo à mensagem, para que no Setor de Compras sejam impresso e registrado no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal. O impugnante receberá mensagem eletrônica com a confirmação do recebimento e número de registro do protocolo.

19.2.4. Somente será apreciado o teor dos documentos protocolados na forma definida nos itens anteriores.

19.3. A impugnação será dirigida à autoridade subscritora do Edital e a resposta será divulgada em sítio eletrônico oficial do município www.naometoque.rs.gov.br no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, conforme art. 164, da lei 14.133/2021.

19.4. Caberá ao(a) Pregoeiro(a), auxiliado pelo órgão de assessoramento jurídico, decidir sobre a impugnação e pedidos de esclarecimentos no prazo de três dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

19.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

19.6. As retificações do edital, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações, deverão ser publicadas no mesmo meio de comunicação anterior, abrindo-se novo prazo para abertura do certame, exceto quando inquestionavelmente a modificação não alterar a formulação das propostas.

19.7. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao(a) pregoeiro(a), até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por correio eletrônico (e-mail), para o endereço edital.impugnacao@naometoque.rs.gov.br, ou de poderão ser protocolados no Protocolo Geral



PODER EXECUTIVO

NÃO-ME-TOQUE
CAPITAL NACIONAL DA AGRICULTURA DE PRECISÃO



da Prefeitura Municipal, sito à Av. Alto Jacuí, n. 840, centro, no horário das 08h15min às 11h30min e das 13h30min às 17 horas.

19.8. O(a) pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

19.9. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

19.10. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

19.11. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

19.12. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão divulgados no em sítio eletrônico oficial do município www.naometoque.rs.gov.br, sendo de responsabilidade dos licitantes seu acompanhamento.

19.13. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou no caso de empresas que estejam inscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

19.14. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

19.15. Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a), que decidirá com base na legislação em vigor.

19.16. É facultado ao(a) Pregoeiro(a), auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder, em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta e/ou da documentação de habilitação.

19.17. O acompanhamento dos pedidos de esclarecimento, impugnações, e atos pertinentes a este Edital poderão ser consultados em sítio eletrônico oficial do município www.naometoque.rs.gov.br

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I. dar causa à inexecução parcial do contrato;

II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III. dar causa à inexecução total do contrato;

IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



PODER EXECUTIVO

NÃO-ME-TOQUE

CAPITAL NACIONAL DA AGRICULTURA DE PRECISÃO



- VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. impedimento de licitar e contratar;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

20.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. as peculiaridades do caso concreto;
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 20.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

20.2.4. A sanção prevista no inciso II do item 20.2, calculada na forma do contrato, será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

20.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 20.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de NãO-ME-TOQUE, pelo prazo de 3 (três) anos.

20.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 20.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 22.2.5 e impedirá o



PODER EXECUTIVO

NÃO-ME-TOQUE

CAPITAL NACIONAL DA AGRICULTURA DE PRECISÃO



responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

20.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 20.2 deste edital será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal.

20.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 20.2. deste edital, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

20.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

20.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 20.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

20.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 20.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

20.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 20.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

21. EXTENSÃO DAS PENALIDADES

21.1. A sanção de suspensão de participar de licitação e contratar com a Administração Pública poderá ser também aplicada, sem prejuízo das sanções penais e civis, àqueles que:

21.1.1. Retardarem a execução do pregão;

21.1.2. Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;

21.3. Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

21.2. Quando da ação ou omissão decorrerem graves prejuízos ao MUNICÍPIO DE NÃO-ME-TOQUE/RS, seja pela não assinatura do contrato/ata, pela inexecução do objeto, pela execução imperfeita, ou ainda, por outras situações concretas que ensejarem a sanção.

21.3. As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com os termos da lei.

21.4. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.



PODER EXECUTIVO



22. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

22.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, desde que devidamente justificada a vantajosidade da adesão e mediante anuência formal do Município de Não-Me-Toque/RS, conforme previsto no art. 86 da Lei nº 14.133/2021.

22.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o Município de Não-Me-Toque/RS.

22.3. O fornecedor beneficiário da Ata poderá optar pela aceitação ou recusa da adesão, desde que respeitadas as condições pactuadas na ata e sem prejuízo às obrigações assumidas com o órgão gerenciador.

22.4. Após a autorização da adesão, o órgão não participante deverá formalizar a contratação em até 90 (noventa) dias, observando o prazo de vigência da ata e os quantitativos disponíveis.

22.5. Caberá ao órgão não participante:

- a) Gerenciar o contrato decorrente da adesão;
- b) Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor;
- c) Aplicar penalidades, quando cabíveis, garantindo o contraditório e a ampla defesa;
- d) Informar ao Município de Não-Me-Toque/RS quaisquer ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. A sessão pública do Pregão será registrada em ata e gravada em áudio e vídeo, conforme determina o Art. 17 § 2º da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo(a) Pregoeiro(a).

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

23.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



PODER EXECUTIVO

NÃO-ME-TOQUE

CAPITAL NACIONAL DA AGRICULTURA DE PRECISÃO



23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

23.11. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

23.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.13. A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste pregão, sujeitando-se, o licitante às sanções previstas nos artigos 156 da Lei 14.133/2021.

23.14. Não será aceito, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do Adjudicatário a terceiros, sejam estes fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

23.15. A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, ou anulá-la, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar nos termos dos incisos II e III do art. 71 da Lei 14.133/2021.

23.16. O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

23.17. Para a assinatura de contrato administrativo/ata de registro de preços, o licitante vencedor deverá fornecer, juntamente com os documentos de habilitação, a qualificação completa da pessoa responsável pela assinatura do mesmo, e, em se tratando de procurador, a respectiva procuração pública ou particular com firma reconhecida por tabelião, com poderes específicos.

23.18. O CONTRATANTE reserva a si o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte por vício ou ilegalidade, bem como prorrogar o prazo para recebimento das propostas e/ou sessão de lances, desqualificar qualquer licitante ou desclassificar qualquer proposta,



PODER EXECUTIVO

NÃ-ME-TOQUE

CAPITAL NACIONAL DA AGRICULTURA DE PRECISÃO



caso tome conhecimento de fato que afete a capacidade financeira, técnica ou comercial da licitante, sem que isto gere direito   indeniza o ou ressarcimento de qualquer natureza.

23.19. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no sito eletrônico: www.naometoque.rs.gov.br, na aba Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Nã-Me-Toque/RS.

23.20. Informa es sobre o andamento da licita o poderão ser obtidas junto ao Setor de Compras e Licita es, nos dias úteis, das 08h15min às 11h33min no turno da manhã e das 13h30min às 17hs no turno da tarde, ou pelo telefone 54 3332-2600 e 54 99682-9306 – *WhatsApp*. Ainda, poderão ser acompanhadas as fases através do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Nã-Me-Toque/RS.

23.21. As demais condi es omissas no presente edital, serão supridas pela Lei de Licita es e Contratos n  14.133/2021.

23.22. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

Anexo II – Termo de Referência

Anexo III – Modelo de Proposta

Anexo IV – Modelo de Declara es

Anexo V – Minuta da Ata de Registro de Preços

Nã-Me-Toque/RS, 18 de março de 2026.

GILSON DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

MORGANA FISCHER QUINCOSES

Edital conferido e aprovado pela Pregoeira Substituta

ANEXO I
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Administração Municipal do Município de Não-Me-Toque necessita da aquisição Extintores de Incêndio e as respectivas placas indicativas, luminárias de emergência, placas e itens de sinalização de prevenção de incêndio, bem como, a futura prestação dos serviços de manutenção níveis I, II e III, para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Não-Me-Toque/RS, conforme tabela abaixo, para atender a sua demanda:


LOTE 01 – RECARGA DE EXTINTORES DE INCÊNDIO									
ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO	USO	SERVIÇO OU AQUISIÇÃO	REGISTRO DA DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DO FORNECEDOR JUNTO AO INMETRO	QUANT. MÍN.	QUANT. MÁX.	VALOR DE REFERÊNCIA UNITÁRIO	VALOR DE REFERÊNCIA TOTAL DO ITEM
1	25940	Recarga de Extintor de água pressurizada classe A 10 litros.	Predial	Manutenção I e II	Sim	1	30	R\$ 52,27	R\$ 1.568,10
2	25941	Recarga de Extintor de pó químico seco classe BC 4 kg.	Predial	Manutenção I e II	Sim	1	45	R\$ 46,00	R\$ 2.070,00
3	25942	Recarga de Extintor de pó químico seco classe BC 6 kg	Predial	Manutenção I e II	Sim	1	06	R\$ 54,25	R\$ 325,50
4	25943	Recarga de Extintor de pó químico seco classe BC 8 kg	Predial	Manutenção I e II	Sim	1	22	R\$ 61,00	R\$ 1.342,00
5	25944	Recarga de Extintor de pó químico seco classe BC 12 kg	Predial	Manutenção I e II	Sim	1	14	R\$ 79,00	R\$ 1.106,00
6	25945	Recarga de Extintor de pó químico seco classe ABC 4 kg	Predial	Manutenção I e II	Sim	1	150	R\$ 112,98	R\$ 16.947,00
7	25946	Recarga de Extintor de pó químico seco classe ABC 6 kg	Predial	Manutenção I e II	Sim	1	60	R\$ 128,99	R\$ 7.739,40
8	25947	Recarga de Extintor de pó químico seco classe ABC 8 kg	Predial	Manutenção I e II	Sim	1	20	R\$ 128,99	R\$ 2.579,80
9	25948	Recarga de Extintor de pó	Predial	Manutenção	Sim	1	2	R\$ 184,71	R\$ 369,42


		químico seco classe ABC 12 kg		I e II					
10	25949	Recarga de Extintor de dióxido de carbono CO ² para classe BC 4 kg	Predial	Manutenção I e II	Sim	1	10	R\$ 88,00	R\$ 880,00
11	25950	Recarga de Extintor de dióxido de carbono CO ² para classe BC 6 kg	Predial	Manutenção I e II	Sim	1	8	R\$ 90,00	R\$ 720,00
12	25951	Recarga de Extintor de água pressurizada classe A 10 litros.	Predial	Manutenção III	Sim	1	10	R\$ 83,60	R\$ 836,00
13	25952	Recarga de Extintor de pó químico seco classe BC 4 kg.	Predial	Manutenção III	Sim	1	15	R\$ 74,15	R\$ 1.112,25
14	25954	Recarga de Extintor de pó químico seco classe BC 6 kg	Predial	Manutenção III	Sim	1	5	R\$ 84,00	R\$ 420,00
15	25955	Recarga de Extintor de pó químico seco classe BC 8 kg	Predial	Manutenção III	Sim	1	6	R\$ 85,18	R\$ 511,08
16	25956	Recarga de Extintor de pó químico seco classe BC 12 kg	Predial	Manutenção III	Sim	1	5	R\$ 118,00	R\$ 590,00
17	25957	Recarga de Extintor de pó químico seco classe ABC 4 kg	Predial	Manutenção III	Sim	1	60	R\$ 70,00	R\$ 4.200,00
18	25958	Recarga de Extintor de pó químico seco classe ABC 6 kg	Predial	Manutenção III	Sim	1	40	R\$ 74,00	R\$ 2.960,00
19	25959	Recarga de Extintor de pó químico seco classe ABC 8 kg	Predial	Manutenção III	Sim	1	15	R\$ 105,00	R\$ 1.575,00
20	25960	Recarga de Extintor de pó químico seco classe ABC 12 kg	Predial	Manutenção III	Sim	1	2	R\$ 145,00	R\$ 290,00
21	25961	Recarga de Extintor de dióxido de carbono CO ² para classe BC 4 kg	Predial	Manutenção III	Sim	1	5	R\$ 100,00	R\$ 500,00
22	25962	Recarga de Extintor de dióxido de carbono CO ² para classe BC 6 kg	Predial	Manutenção III	Sim	1	4	R\$ 95,00	R\$ 380,00

23	25963	Recarga de Extintor de pó químico seco classe ABC 4 kg	Veicular	Manutenção I e II	Sim	1	10	R\$ 78,52	R\$ 785,20
24	25964	Recarga de Extintor de pó químico seco classe BC 8 kg	Veicular	Manutenção I e II	Sim	1	8	R\$ 80,00	R\$ 640,00
25	28609	Recarga de Extintor de pó químico seco classe ABC 4 kg	Veicular	Manutenção III	Sim	1	5	R\$ 113,24	R\$ 566,20
VALOR ESTIMADO GLOBAL DO LOTE I								R\$ 51.012,95	
LOTE 02 – EXTINTORES DE INCÊNDIO NOVOS									
ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO	USO	SERVIÇO OU AQUISIÇÃO	CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DO FABRICANTE JUNTO AO INMETRO	QUANT. MÍN.	QUANT. MÁX.	VALOR DE REFERÊNCIA UNITÁRIO	VALOR DE REFERÊNCIA TOTAL DO ITEM
1	21269	Extintor de água pressurizada classe A 10 litros	Predial	Aquisição	Sim	1	6	R\$ 191,41	R\$ 1.148,46
2	21270	Extintor de pó químico seco classe BC 4 kg	Predial	Aquisição	Sim	1	6	R\$ 194,19	R\$ 1.165,14
3	21271	Extintor de pó químico seco classe BC 6 kg	Predial	Aquisição	Sim	1	6	R\$ 225,00	R\$ 1.350,00
4	21272	Extintor de pó químico seco classe BC 8 kg	Predial	Aquisição	Sim	1	6	R\$ 273,03	R\$ 1.638,18
5	21273	Extintor de pó químico seco classe BC 12 kg	Predial	Aquisição	Sim	1	6	R\$ 317,41	R\$ 1.904,46
6	21274	Extintor de pó químico seco classe ABC 4 kg	Predial	Aquisição	Sim	1	15	R\$ 179,38	R\$ 2.690,70
7	21275	Extintor de pó químico seco classe ABC 6 kg	Predial	Aquisição	Sim	1	5	R\$ 233,00	R\$ 1.165,00
8	21276	Extintor de pó químico seco classe ABC 8 kg	Predial	Aquisição	Sim	1	4	R\$ 274,87	R\$ 1.099,48
9	21277	Extintor de pó químico seco	Predial	Aquisição	Sim	1	2	R\$ 320,16	R\$ 640,32

		classe ABC 12 kg							
10	21278	Extintor de dióxido de carbono CO ² para classe BC 4 kg	Predial	Aquisição	Sim	1	6	R\$ 500,00	R\$ 3.000,00
11	21279	Extintor de dióxido de carbono CO ² para classe BC 6 kg	Predial	Aquisição	Sim	1	6	R\$ 650,00	R\$ 3.900,00
12	25976	<p>Suporte de tripé com haste para extintor de incêndio de peso 4 à 12 Kg. Fabricado em chapa de aço com acabamento de pintura eletrostática vermelha com tratamento anticorrosivo, sendo fabricado de acordo com as normas ABNT</p>  <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	Predial	Aquisição	Não	1	15	R\$ 65,36	R\$ 980,40
13	25977	<p>Suporte de Parede para extintor de incêndio modelo universal em "L", fabricado em aço carbono cromado para extintor de 04 à 12 kg. Deve possuir furação e acompanhamento de dois parafusos e duas buchas número oito</p>  <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	Predial	Aquisição	Não	1	55	R\$ 10,00	R\$ 550,00

	VALOR ESTIMADO GLOBAL DO LOTE II	R\$ 21.232,14
--	---	----------------------



LOTE 03 – LUMINÁRIAS DE EMERGÊNCIA NOVAS									
ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO	USO	SERVIÇO	CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DO FABRICANTE JUNTO AO INMETRO	QUANT. MÍN.	QUANT. MÁX.	VALOR DE REFERÊNCIA UNITÁRIO	VALOR DE REFERÊNCIA TOTAL DO ITEM
1	25978	<p>Luminária autônoma de emergência convencional com no mínimo 100 lumens e 30 LEDs, 2W, alto brilho, alimentação bivolt automática com bateria embutida, autonomia mínima de 6 horas, acendimento automático na falta de energia. O produto deve atender a NBR 10.898, demais normativas vigentes e exigências locais do Corpo de Bombeiros. Incluso kit completo de instalação com parafuso e bucha. Instalado conforme projeto. Fornecimento e instalação.</p> <div style="text-align: center;">  </div> <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	50	R\$ 45,00	R\$ 2.250,00


2	25979	<p>Luminária autônoma de emergência tipo bloco autônomo com no mínimo 2000 lúmens, 2 faróis de no mínimo 24 LEDs, direcionáveis em um ângulo de giro mínimo de 120º, alimentação bivolt automática, com bateria embutida, autonomia mínima de 6 horas. Acendimento Automático na falta de energia. O produto deve atender a NBR 10.898, demais normativas vigentes e exigências locais do Corpo de Bombeiros. Incluso kit completo de instalação com parafuso e bucha. Instalado conforme projeto. Fornecimento e instalação.</p>  <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	10	R\$ 240,99	R\$ 2.409,90
VALOR ESTIMADO GLOBAL DO LOTE III									R\$ 4.659,90
LOTE 04 – PLACAS DE SINALIZAÇÃO FOTOLUMINESCENTES NOVAS									
ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO	USO	SERVIÇO OU AQUISIÇÃO	CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DO FABRICANTE JUNTO AO INMETRO	QUANT. MÍN.	QUANT. MÁX.	VALOR DE REFERÊNCIA UNITÁRIO	VALOR DE REFERÊNCIA TOTAL DO ITEM
1	25966	Placa de sinalização de emergência - Sinalizador do agente extintor: fotoluminescente, atendendo as especificações da ABNT NBR 16820 e da RT CBMRS Nº12/2022, alta capacidade de	Predial	Aquisição	Sim	1	100	R\$ 15,75	R\$ 1.575,00



		<p>radiação luminosa, dimensões 20cmx8 cm, em PVC rígido fotoluminescente, com superfície antiestática e de fácil limpeza, impressão por serigrafia, resistente aos raios UV, resistente fogo, não inflamável e autoextinguível, não radiotiva, isento de fósforo e chumbo; garantia de cinco (05) anos sem alteração das cores de impressão, com as seguintes especificações: Extintor de Pó ABC (N2), Extintor de pó BC (N5).</p>  <p>Imagem meramente ilustrativa</p>							
2	25967	<p>Placa de sinalização de emergência - extintor de incêndio (E5): atendendo as especificações da ABNT NBR 16820 e da RT CBMRS Nº12/2022, alta capacidade de radiação luminosa, dimensões 20cmx20cm, em PVC rígido fotoluminescente, com superfície antiestática e de fácil limpeza, impressão por serigrafia, resistente aos raios UV, resistente fogo, não inflamável e autoextinguível, não radiotiva, isento de fósforo e chumbo; garantia de cinco (05) anos sem alteração das cores de impressão, forma quadrada, fundo vermelho, pictograma fotoluminescente.</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	100	R\$ 11,00	R\$ 1.100,00


									
		Imagem meramente ilustrativa							
3	25968	<p>Placa de sinalização de emergência - proibido fumar (P1): atendendo as especificações da ABNT NBR 16820 e da RT CBMRS Nº12/2022, alta capacidade de radiação luminosa, diâmetro 20cm, em PVC rígido fotoluminescente, com superfície antiestática e de fácil limpeza, impressão por serigrafia, resistente aos raios UV, resistente fogo, não inflamável e autoextinguível, não radiotiva, isento de fósforo e chumbo; garantia de cinco (05) anos sem alteração das cores de impressão, forma circular, fundo branco ou fotoluminescente, pictograma preto, faixa circular e barra diametral vermelha.</p> 	Predial	Aquisição	Sim	1	20	R\$ 20,00	R\$ 400,00
		Imagem meramente ilustrativa							

4	25969	<p>Placa de sinalização de emergência - orientação do sentido da saída de emergência (S1 e S2): atendendo as especificações da ABNT NBR 16820 e da RT CBMRS Nº12/2022, alta capacidade de radiação luminosa, dimensões 30cmx15cm, em PVC rígido fotoluminescente, com superfície antiestática e de fácil limpeza, impressão por serigrafia, resistente aos raios UV, resistente fogo, não inflamável e autoextinguível, não radiotiva, isento de fósforo e chumbo; garantia de cinco (05) anos sem alteração das cores de impressão, forma retangular, fundo verde, pictograma fotoluminescente.</p>  <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	100	R\$ 24,83	R\$ 2.483,00
5	25970	<p>Placa de sinalização de emergência - saída de emergência (S12): atendendo as especificações da ABNT NBR 16820 e da RT CBMRS Nº12/2022, alta capacidade de radiação luminosa, dimensões 30cmx15cm, altura da letra > 65mm, em PVC rígido fotoluminescente, com superfície antiestática e de fácil limpeza, impressão por serigrafia, resistente aos raios UV, resistente fogo, não inflamável e autoextinguível, não radiotiva, isento de fósforo</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	50	R\$ 21,00	R\$ 1.050,00

		<p>e chumbo; garantia de cinco (05) anos sem alteração das cores de impressão, forma retangular, fundo verde, pictograma e texto fotoluminescente.</p>  <p>Imagem meramente ilustrativa</p>							
6	25971	<p>Placa de sinalização de emergência - Cuidado, risco de incêndio (A2): atendendo as especificações da ABNT NBR 16820 e da RT CBMRS Nº12/2022, alta capacidade de radiação luminosa, base 30cm, em PVC rígido fotoluminescente, com superfície antiestática e de fácil limpeza, impressão por serigrafia, resistente aos raios UV, resistente fogo, não inflamável e autoextinguível, não radiotiva, isento de fósforo e chumbo; garantia de cinco (05) anos sem alteração das cores de impressão, forma triangular, fundo amarelo ou com retícula conformea ABNT NBR 16820, pictograma e faixa triangular preta.</p>  <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	20	R\$ 31,62	R\$ 632,40
7	25972	<p>Placa de sinalização de emergência - Cuidado, risco de choque elétrico (A5): atendendo as especificações da</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	20	R\$ 31,00	R\$ 620,00

		<p>ABNT NBR 16820 e da RT CBMRS Nº12/2022, alta capacidade de radiação luminosa, largura 30cm, em PVC rígido fotoluminescente, com superfície antiestática e de fácil limpeza, impressão por serigrafia, resistente aos raios UV, resistente fogo, não inflamável e autoextinguível, não radiotiva, isento de fósforo e chumbo; garantia de cinco (05) anos sem alteração das cores de impressão, forma triangular, fundo amarelo ou com retícula conforme ABNT NBR 16820, pictograma e faixa triangular preta.</p>  <p>Imagem meramente ilustrativa</p>							
8	25987	<p>Placa de sinalização de emergência - avisador sonoro do alarme de incêndio (E1): atendendo as especificações da ABNT NBR 16820 e da RT CBMRS Nº12/2022, alta capacidade de radiação luminosa, dimensões 20cmx20cm, em PVC rígido fotoluminescente, com superfície antiestática e de fácil limpeza, impressão por serigrafia, resistente aos raios UV, resistente fogo, não inflamável e autoextinguível, não radiotiva, isento de fósforo e chumbo; garantia de cinco (05) anos sem alteração das cores de impressão, forma quadrada, fundo vermelho, pictograma fotoluminescente.</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	20	R\$ 21,44	R\$ 428,80

									
		Imagem meramente ilustrativa							
9	25973	<p>Placa de sinalização de emergência - acionador manual do alarme de incêndio (E2): atendendo as especificações da ABNT NBR 16820 e da RT CBMRS Nº12/2022, alta capacidade de radiação luminosa, dimensões 20cmx20cm, altura da letra > 65mm, em PVC rígido fotoluminescente, com superfície antiestática e de fácil limpeza, impressão por serigrafia, resistente aos raios UV, resistente fogo, não inflamável e autoextinguível, não radiotiva, isento de fósforo e chumbo; garantia de cinco (05) anos sem alteração das cores de impressão, forma quadrada, fundo vermelho, pictograma fotoluminescente, texto vermelho em fundo fotoluminescente.</p> 	Predial	Aquisição	Sim	1	20	R\$ 20,19	R\$ 403,80
		Imagem meramente ilustrativa							
10	25974	<p>Placa de sinalização de emergência - mangotinho (E6): atendendo as especificações da ABNT NBR 16820 e da RT CBMRS Nº12/2022, alta capacidade de radiação luminosa, dimensões</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	3	R\$ 23,63	R\$ 70,89

		<p>20cmx20cm, em PVC rígido fotoluminescente, com superfície antiestática e de fácil limpeza, impressão por serigrafia, resistente aos raios UV, resistente fogo, não inflamável e autoextinguível, não radiotiva, isento de fósforo e chumbo; garantia de cinco (05) anos sem alteração das cores de impressão, forma quadrada, fundo vermelho, pictograma fotoluminescente.</p>  <p>Imagem meramente ilustrativa</p>							
11	25975	<p>Placa de sinalização de emergência - hidrante de incêndio (E8): atendendo as especificações da ABNT NBR 16820 e da RT CBMRS Nº12/2022, alta capacidade de radiação luminosa, dimensões 20cmx20cm, em PVC rígido fotoluminescente, com superfície antiestática e de fácil limpeza, impressão por serigrafia, resistente aos raios UV, resistente fogo, não inflamável e autoextinguível, não radiotiva, isento de fósforo e chumbo; garantia de cinco (05) anos sem alteração das cores de impressão, forma quadrada, fundo vermelho, pictograma fotoluminescente.</p>  <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	5	R\$ 17,26	R\$ 86,30
12	25988	<p>Placa de sinalização de emergência - indicação de</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	10	R\$ 37,95	R\$ 379,50

	<p>lotação máxima (C1): atendendo as especificações da ABNT NBR 16820 e da RT CBMRS Nº12/2022, alta capacidade de radiação luminosa, dimensões 30cmx15cm, altura da letra > 30mm, em PVC rígido fotoluminescente, com superfície antiestática e de fácil limpeza, impressão por serigrafia, resistente aos raios UV, resistente fogo, não inflamável e autoextinguível, não radiotiva, isento de fósforo e chumbo; garantia de cinco (05) anos sem alteração das cores de impressão, forma retangular, fundo verde, texto branco ou fotoluminescente. Serão solicitadas placas diferentes para cada edificação.</p> <div style="text-align: center; border: 1px solid black; background-color: #2e5496; color: white; padding: 5px; width: fit-content; margin: 10px auto;"> <p>LOTAÇÃO MÁXIMA 300 PESSOAS</p> </div> <p>Imagem meramente ilustrativa</p>								
VALOR ESTIMADO GLOBAL DO LOTE IV									R\$ 9.229,69

LOTE 05 – ALARMES, HIDRANTE E CENTRAL DE GÁS									
ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO	USO	SERVIÇO OU AQUISIÇÃO	CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DO FABRICANTE JUNTO AO INMETRO ou CERTIFICADO INTERNACIONAL EQUIVALENTE	QUANT. MÍN.	QUANT. MÁX.	VALOR DE REFERÊNCIA UNITÁRIO	VALOR DE REFERÊNCIA TOTAL DO ITEM

1	25980	<p>Central de alarme de incêndio: Topologia Classe B – 2 fios. Norma seguida NBR 17240. Sistema de atuação Endereçável Área supervisionável 1600 m² por laço. Memória das últimas ocorrências – Eventos 256 (alarmes) + 256 (falhas). Quantidade de laços da central (a 2 fios) 4. Dispositivos por laço 32 (2 fios). Dispositivos totais 128. Comprimento máximo do laço (até o último dispositivo) 1000 m. Tensão de alimentação 100 a 245 Vac – 60 Hz. Tensão de operação 21 a 27 Vdc. Corrente máxima saída relé 2 A. Consumo em bateria 1,3 W. Consumo máximo laço 45 mA. Corrente de carga da bateria (máx.) 24 Vdc 500 mA. Bateria PB – Seladas - 2 baterias 12 Vdc 2,2 Ah. Display LCD – 2 linhas de 16 caracteres Mecânicas. Chassi Plástico ABS.</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	5	R\$ 2.257,91	R\$ 11.289,55
2	25981	<p>Comando manual de alarme: Acionador manual de Alarme endereçável. Botão para acionamento de alarme tipo quebra Vidro. Produzida em Plástico ABS Antichama de alto Impacto na cor vermelha. Acionamento Automático através de botão Push--Botton. Acionamento manual através de chave reed. Swit (Ampola de vidro acionada por imã). Sistema de supervisão de estado de rede através de Led's Indicadores. Com martelo ABS com ponteiros metálicas com corrente para o rompimento do vidro. Placa resinada para proteção a umidade.</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	10	R\$ 121,92	R\$ 1.219,20

3	25982	Alarme sonoro: Indicador sonoro e visual para uso em alarmes de incêndio. Indicada para alarmes de Incêndio. Potência sonora: 15 dBA acima do nível médio do Som ambiente ou 5 dBA acima do nível máximo do som Ambiente, medidos a 3 m da fonte. Tensão de Alimentação: 220 V. Cor: Vermelho. Consumo: 25 mA/15 mA. Indicação visual com LEDS.	Predial	Aquisição	Sim	1	5	R\$ 193,95	R\$ 969,75
4	25983	Aquisição de mangueira de incêndio tipo 2 – 1 ^{1/2} ": confeccionada 100% em fio de poliéster de alta tenacidade, tecimento diagonal (tipo sarja), na cor branca com tubo interno de borracha sintética e dotada de uniões tipo storz, conforme Norma ABNT- NBR 11861. Dimensões: - Diâmetro: 1 ½"; - Comprimento: 30m.	Predial	Aquisição	Sim	1	15	R\$ 960,00	R\$ 14.400,00
5	25984	Chave dupla tipo Storz em latão engate rápido (1.1/2" x 2.1/2") (ABNT NBR 14349/1999 e 16021/2011)	Predial	Aquisição	Sim	1	5	R\$ 24,28	R\$ 121,40
6	25985	Teste hidrostático de mangueira de incêndio de acordo com ABNT NBR 12779	Predial	Serviço	Não	1	5	R\$ 63,73	R\$ 318,65
7	25986	Laudo de estanqueidade da central de GLP de acordo com ABNT NBR 15571	Predial	Serviço	Não	1	10	R\$ 2.035,41	R\$ 20.354,10
VALOR ESTIMADO GLOBAL DO LOTE V									R\$ 48.672,65

2 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

2.1. Para o atendimento desta necessidade pública, a futura contratação deverá observar rigorosamente os seguintes requisitos técnicos, de segurança e de conformidade normativa, aplicáveis tanto aos bens a serem adquiridos quanto aos serviços de manutenção:

- a) Os extintores de incêndio devem ser novos, de primeiro uso, com selo de conformidade do INMETRO e fabricados conforme a ABNT NBR 15808 (Extintores de Incêndio Portáteis) e ABNT NBR 15809 (Extintores de

Incêndio sobre Rodas), conforme o tipo (água, CO2, pó químico, espuma mecânica, etc.) e capacidade exigidos. Garantia mínima de 05 (cinco) anos para os extintores novos (carga original) e 12 (doze) meses para a carga e componentes, a partir da data de fabricação;

c) As placas indicativas e de sinalização de prevenção de incêndio devem ser fotoluminescentes, confeccionadas em material resistente a intempéries, com dimensões e pictogramas padronizados conforme a ABNT NBR 16820 (Sinalização de Segurança Contra Incêndio e Pânico). Garantia mínima de 05 (cinco) anos contra desbotamento e perda de eficiência;

d) As luminárias de emergência devem ser autônomas, com bateria recarregável de longa duração, acionamento automático em caso de falta de energia e fluxo luminoso adequado para iluminação de rotas de fuga, conforme a ABNT NBR 10898 (Sistema de Iluminação de Emergência). Devem apresentar selo de conformidade do INMETRO e garantia mínima de 12 (doze) meses;

e) Os serviços de manutenção deverão ser executados por empresa especializada, em estrita conformidade com a ABNT NBR 12962 (Inspeção, Manutenção e Recarga em Extintores de Incêndio) e ABNT NBR 13485 (Manutenção de Terceiro Nível de Extintores de Incêndio). A contratada deverá emitir laudos técnicos e relatórios detalhados das manutenções realizadas e utilizar sistema de rastreabilidade para os extintores, com etiquetas de identificação e registro das manutenções.

3 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

As quantidades especificadas na tabela acima foram estimadas tomando por base as aquisições dos últimos 2 anos, considerando a Ata de Registro de Preço vigente e sua prorrogação. Considerando que é impreciso o quantitativo efetivamente necessário para atender a demanda da Administração ressalta-se que as quantidades são estimadas, podendo serem solicitadas conforme a necessidade e demanda das Secretarias Municipais do Município de Não-Me-Toque/RS.

4 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

a) Solução 1 - Licitação própria para registro de preços dos bens e serviços, com validade de até 12 meses.

a.1) Viabilidade de mercado: Sim, várias empresas no ramo que possam atender a esta demanda.

Alguns fornecedores de extintores:

EMPRESA "A": SOS EXTINTORES CARAZINHO LTDA EPP

EMPRESA "B": DF PREVENÇÃO E EQUIPAMENRO CONTRA INCÊNDIO LTDA

EMPRESA "C": FENIX COMERCIO DE PRODUTOS CONTRA INCÊNDIO E SEGURANÇA LTDA

EMPRESA "D": ADRIEL DOS SANTOS WANDERBRUCH

EMPRESA "E": VCG TECNOLOGIA EM SEGURANÇA PATRIMONIAL

EMPRESA "F": ELIANE RESTA DAL ROSSO GOYA ME

EMPRESA "G": ATRIUM INDUSTRIA E COMERCIO DE FERRAGENS LTDA

EMPRESA "H": EXTIMPEL EXTINTORES PLATINENSE

EMPRESA "H": CLEUSA REGINA DOS SANTOS ROGERIO

EMPRESA "I": CENCI COMÉRCIO DE EXTINTORES

a.2) Viabilidade econômica: Sim, o Registro de Preços possibilita a disputa de preços através de lances entre as empresas que comercializam este tipo de equipamento/material/serviço, o que é uma vantagem ao permitir a aquisição pela proposta mais vantajosa. Além de possibilitar que estes preços fiquem registrados durante o período de 12 meses, o Município paga apenas pelos itens e serviços efetivamente demandados, otimizando o fluxo de caixa e evitando desperdício.

a.3) Viabilidade operacional: Sim, esta modalidade permite a flexibilidade para as Secretarias requisitantes, que podem solicitar os bens e serviços conforme a necessidade e a disponibilidade orçamentária de cada unidade. Reduz a necessidade de grandes estoques e facilita a gestão da manutenção preventiva e corretiva.

b) Solução 2 - Aquisição com entrega única dos equipamentos/materiais e serviços

b.1) Viabilidade de mercado: Sim, há várias empresas no ramo que possam atender a esta demanda, conforme especificado na solução 1.

b.2) Viabilidade econômica: Sim, a aquisição por valor global dos equipamentos/materiais/serviços também permite a disputa de preços através de lances entre as empresas, permitindo a aquisição pela proposta mais vantajosa, além do que pelo valor global é possível obter um preço melhor, do que considerando o valor por item. Embora possa haver desconto por volume, a aquisição de todo o quantitativo de uma vez exige grande desembolso inicial e pode gerar custos de armazenamento e obsolescência.

b.3) Viabilidade operacional: Não, a entrega única de todos os materiais e a execução total dos serviços de uma só vez exigem grande capacidade de planejamento logístico e de armazenamento por parte do Município, além de um cronograma de execução rígido que pode não se adequar às necessidades pontuais das unidades. Além disso, esta solução demandaria que o Município possuísse um estoque de determinados equipamentos e materiais, o que tornaria-se inviável devido aos prazos de validade e garantia.

c) Solução 3 – Aquisição através de dispensa de licitação - Contratação direta por baixo valor ou emergência, conforme limites legais.

c.1) Viabilidade de mercado: Sim, há várias empresas no ramo que possam atender a esta demanda, conforme especificado na solução 1.

c.2) Viabilidade econômica: Sim, através de dispensa seria possível levantar orçamentos diretamente com as empresas que comercializam estes equipamentos/materiais/serviços, possibilitando a negociação pelo preço mais vantajoso.

c.3) Viabilidade operacional: Não, devido ao valor limite da dispensa de licitação e a demanda deste órgão, esta modalidade não é possível, pois os gastos com mobiliários por este órgão supera o limite anual da dispensa de licitação, previsto no art. 75, inciso II, da lei federal 14.133/2021.

d) Solução 4 – Adesão à ata de registro de preços de outro órgão.

d.1) Viabilidade de mercado: Sim, há várias empresas no ramo que possam atender a esta demanda, conforme especificado na solução 1.

d.2) Viabilidade econômica: Não, os preços da ata carona podem não ser os mais vantajosos para a realidade local, pois foram obtidos em outra licitação com condições e volumes diferentes.

d.3) Viabilidade operacional: Não, é necessária uma compatibilidade de especificações complexa, considerando as especificidades de cada setor ou secretaria do Município, sendo que não há atualmente nenhuma ata que atenda todos os itens/serviços necessários neste caso.

5 - ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

O levantamento de preços foi realizado com base nos parâmetros do Decreto Municipal nº 350/2021.

6 - ANÁLISE E COMPARAÇÃO DAS SOLUÇÕES EXISTENTES E JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ELEITA DE ACORDO COM A VIABILIDADE DE MERCADO, ECONÔMICA E OPERACIONAL

- Solução 1: A aquisição através de Registro de Preços possibilita que os equipamentos/materiais/serviços possam ser adquiridos conforme a necessidade das Secretarias, pelo preço registrado em ata.

- Solução 2: A aquisição por entrega única dos equipamentos/materiais/serviços demandaria que o Município possuísse um estoque de determinados equipamentos e materiais, o que seria inviável já que alguns dos equipamentos e materiais não podem ficar estocados devido aos prazos de validade e garantia.

- Solução 3: A aquisição por dispensa de licitação não é possível devido ao valor limite da dispensa de licitação e a demanda das Secretarias.

- Solução 4: Não existem atas para adesão/carona com todos os itens demandados pela Administração e com esse descritivo específico.

Diante da análise comparativa, a Solução 1: Aquisição via Sistema de Registro de Preços (SRP) demonstra ser a alternativa mais vantajosa e eficiente para o Município de Não-Me-Toque/RS. Esta modalidade assegura a ampla competitividade do mercado, a obtenção de preços mais vantajosos e a flexibilidade operacional necessária para atender às demandas de aquisição e manutenção de extintores, sinalização e luminárias de emergência de forma gradual e planejada, em conformidade com as necessidades de cada edificação e a disponibilidade orçamentária. As demais soluções apresentaram limitações significativas, tornando-as menos adequadas para a presente contratação.

7 - JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Com fulcro nos princípios da economicidade, da ampla competitividade e da busca pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública, optou-se pelo parcelamento do objeto em Lotes. Esta decisão é fundamentada nas seguintes análises técnicas e de mercado:

7.1. Viabilidade Técnica e Especialização de Mercado

O objeto desta contratação abrange bens (extintores, luminárias, placas de sinalização) e serviços (manutenção de extintores). O mercado fornecedor para cada um desses segmentos possui características e especializações distintas. Empresas que fornecem extintores e sinalização nem sempre são as mesmas que possuem a expertise e as certificações necessárias para a prestação de serviços de manutenção de Níveis I, II e III, que exigem mão de obra qualificada e estrutura especializada. O parcelamento permite que o Município contrate empresas com *know-how* específico para cada tipo de demanda, garantindo a qualidade técnica tanto dos produtos quanto dos serviços.

7.2. Ampliação da Competitividade

A divisão do objeto em lotes distintos fomenta a participação de um maior número de licitantes, incluindo pequenas e médias empresas que podem ser especializadas em apenas um dos segmentos (ex: fornecimento de extintores ou prestação de serviços de manutenção). A aglutinação de todos os itens e serviços em um único lote poderia restringir indevidamente a competitividade, favorecendo apenas grandes empresas com capacidade de atender a todas as frentes, o que, por vezes, resulta em preços menos vantajosos para a Administração.

7.3. Otimização da Gestão Contratual e Fiscalização

O parcelamento facilita a gestão e a fiscalização do contrato. Acompanhar a entrega de bens e a execução de serviços de manutenção de forma separada permite uma avaliação mais precisa do desempenho da contratada em cada área. Em caso de falha em um dos lotes (ex: atraso na manutenção), o Município não fica refém do contrato como um todo, podendo aplicar sanções específicas sem comprometer o fornecimento dos demais itens ou a prestação dos outros serviços.

8 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação objeto deste Estudo Técnico Preliminar visa alcançar resultados mensuráveis e qualitativos que impactarão diretamente a segurança, a gestão e a conformidade legal das edificações públicas do Município de Não-Me-Toque/RS, conforme detalhado a seguir:

8.1. Resultados de Segurança e Proteção à Vida

a) Redução de Riscos de Incêndio: garantir a disponibilidade e a operacionalidade de equipamentos de combate a incêndio em todas as edificações públicas, minimizando a propagação de focos e os danos causados por sinistros.

b) Segurança na Evacuação: assegurar rotas de fuga claras e iluminadas por meio de sinalização e luminárias de emergência em perfeito funcionamento, facilitando a evacuação segura de ocupantes em situações de pânico e emergência.

c) Proteção de Vidas: o principal resultado esperado é a preservação da vida humana, reduzindo o risco de lesões e fatalidades em caso de incêndio nas instalações municipais.

8.2. Resultados de Conformidade Legal e Normativa

a) Adequação à Legislação: conformidade das edificações públicas com as exigências do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul e com as normas técnicas da ABNT (NBR 12962, NBR 13434, NBR 15808, NBR 15809, NBR 16820, entre outras), garantindo a obtenção e renovação dos Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB).

b) Mitigação de Responsabilidades: reduzir a exposição do Município a sanções administrativas, multas e responsabilidades civis e criminais decorrentes da inobservância das normas de segurança contra incêndio e pânico.

9 - DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Com base nas informações levantadas ao longo do ETP, declaramos a viabilidade de contratação da solução 1 - **REGISTRO DE PREÇOS.**

Realizadas as tarefas pertinentes ao ETP, encaminho o documento solicitando ciência e aprovação para posterior elaboração do TR/PB.

10 - MAPA DE PREÇOS

Em anexo ao Relatório de Pesquisa de Preços.

Não-Me-Toque/RS, 05 de março de 2026.

ROSICLER NIENOW ANDRIOLI

Responsável pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar

Deferido:

NICOLE ANDREZA DAUDT

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

*Texto aprimorado com o uso de IA

ANEXO II
TERMO DE REFERÊNCIA

CAPÍTULO I
DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo o “REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de Extintores de Incêndio e as respectivas placas indicativas, luminárias de emergência, placas e itens de sinalização de prevenção de incêndio, bem como, a futura prestação dos serviços de manutenção níveis I, II e III, para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Nãome-Toque/RS”.

1.2. O presente Termo de Referência tem por objetivo determinar as condições que disciplinarão de acordo com o Estudo Técnico Preliminar e conforme condições, quantidades, exigências e estimativas contidas na tabela a seguir:

LOTE 01 – RECARGA DE EXTINTORES DE INCÊNDIO									
ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO	USO	SERVIÇO OU AQUISIÇÃO	REGISTRO DA DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DO FORNECEDOR JUNTO AO INMETRO	QUANT. MÍN.	QUANT. MÁX.	VALOR DE REFERÊNCIA UNITÁRIO	VALOR DE REFERÊNCIA TOTAL DO ITEM
1	25940	Recarga de Extintor de água pressurizada classe A 10 litros.	Predial	Manutenção I e II	Sim	1	30	R\$ 52,27	R\$ 1.568,10
2	25941	Recarga de Extintor de pó químico seco classe BC 4 kg.	Predial	Manutenção I e II	Sim	1	45	R\$ 46,00	R\$ 2.070,00
3	25942	Recarga de Extintor de pó químico seco classe BC 6 kg	Predial	Manutenção I e II	Sim	1	06	R\$ 54,25	R\$ 325,50
4	25943	Recarga de Extintor de pó químico seco classe BC 8 kg	Predial	Manutenção I e II	Sim	1	22	R\$ 61,00	R\$ 1.342,00
5	25944	Recarga de Extintor de pó químico seco classe BC 12 kg	Predial	Manutenção I e II	Sim	1	14	R\$ 79,00	R\$ 1.106,00
6	25945	Recarga de Extintor de pó químico seco classe ABC 4 kg	Predial	Manutenção I e II	Sim	1	150	R\$ 112,98	R\$ 16.947,00
7	25946	Recarga de Extintor de pó químico seco classe ABC 6 kg	Predial	Manutenção I e II	Sim	1	60	R\$ 128,99	R\$ 7.739,40
8	25947	Recarga de Extintor de pó químico seco classe ABC 8 kg	Predial	Manutenção I e II	Sim	1	20	R\$ 128,99	R\$ 2.579,80
9	25948	Recarga de Extintor de pó químico seco classe ABC 12 kg	Predial	Manutenção I e II	Sim	1	2	R\$ 184,71	R\$ 369,42
10	25949	Recarga de Extintor de dióxido de carbono CO ² para classe BC 4 kg	Predial	Manutenção I e II	Sim	1	10	R\$ 88,00	R\$ 880,00
11	25950	Recarga de Extintor de dióxido de carbono CO ² para classe BC 6 kg	Predial	Manutenção I e II	Sim	1	8	R\$ 90,00	R\$ 720,00
12	25951	Recarga de Extintor de água pressurizada classe A 10 litros.	Predial	Manutenção III	Sim	1	10	R\$ 83,60	R\$ 836,00





PODER EXECUTIVO

NÃO-ME-TOQUE

CAPITAL NACIONAL DA AGRICULTURA DE PRECISÃO





13	25952	Recarga de Extintor de pó químico seco classe BC 4 kg.	Predial	Manutenção III	Sim	1	15	R\$ 74,15	R\$ 1.112,25
14	25954	Recarga de Extintor de pó químico seco classe BC 6 kg	Predial	Manutenção III	Sim	1	5	R\$ 84,00	R\$ 420,00
15	25955	Recarga de Extintor de pó químico seco classe BC 8 kg	Predial	Manutenção III	Sim	1	6	R\$ 85,18	R\$ 511,08
16	25956	Recarga de Extintor de pó químico seco classe BC 12 kg	Predial	Manutenção III	Sim	1	5	R\$ 118,00	R\$ 590,00
17	25957	Recarga de Extintor de pó químico seco classe ABC 4 kg	Predial	Manutenção III	Sim	1	60	R\$ 70,00	R\$ 4.200,00
18	25958	Recarga de Extintor de pó químico seco classe ABC 6 kg	Predial	Manutenção III	Sim	1	40	R\$ 74,00	R\$ 2.960,00
19	25959	Recarga de Extintor de pó químico seco classe ABC 8 kg	Predial	Manutenção III	Sim	1	15	R\$ 105,00	R\$ 1.575,00
20	25960	Recarga de Extintor de pó químico seco classe ABC 12 kg	Predial	Manutenção III	Sim	1	2	R\$ 145,00	R\$ 290,00
21	25961	Recarga de Extintor de dióxido de carbono CO ² para classe BC 4 kg	Predial	Manutenção III	Sim	1	5	R\$ 100,00	R\$ 500,00
22	25962	Recarga de Extintor de dióxido de carbono CO ² para classe BC 6 kg	Predial	Manutenção III	Sim	1	4	R\$ 95,00	R\$ 380,00
23	25963	Recarga de Extintor de pó químico seco classe ABC 4 kg	Veicular	Manutenção I e II	Sim	1	10	R\$ 78,52	R\$ 785,20
24	25964	Recarga de Extintor de pó químico seco classe BC 8 kg	Veicular	Manutenção I e II	Sim	1	8	R\$ 80,00	R\$ 640,00
25	28609	Recarga de Extintor de pó químico seco classe ABC 4 kg	Veicular	Manutenção III	Sim	1	5	R\$ 113,24	R\$ 566,20
VALOR ESTIMADO GLOBAL DO LOTE I								R\$ 51.012,95	
LOTE 02 – EXTINTORES DE INCÊNDIO NOVOS									
ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO	USO	SERVIÇO OU AQUISIÇÃO	CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DO FABRICANTE JUNTO AO INMETRO	QUANT. MÍN.	QUANT. MÁX.	VALOR DE REFERÊNCIA UNITÁRIO	VALOR DE REFERÊNCIA TOTAL DO ITEM
1	21269	Extintor de água pressurizada classe A 10 litros	Predial	Aquisição	Sim	1	6	R\$ 191,41	R\$ 1.148,46
2	21270	Extintor de pó químico seco classe BC 4 kg	Predial	Aquisição	Sim	1	6	R\$ 194,19	R\$ 1.165,14
3	21271	Extintor de pó químico seco classe BC 6 kg	Predial	Aquisição	Sim	1	6	R\$ 225,00	R\$ 1.350,00
4	21272	Extintor de pó químico seco classe BC 8 kg	Predial	Aquisição	Sim	1	6	R\$ 273,03	R\$ 1.638,18
5	21273	Extintor de pó químico seco classe BC 12 kg	Predial	Aquisição	Sim	1	6	R\$ 317,41	R\$ 1.904,46
6	21274	Extintor de pó químico seco classe ABC 4 kg	Predial	Aquisição	Sim	1	15	R\$ 179,38	R\$ 2.690,70

7	21275	Extintor de pó químico seco classe ABC 6 kg	Predial	Aquisição	Sim	1	5	R\$ 233,00	R\$ 1.165,00
8	21276	Extintor de pó químico seco classe ABC 8 kg	Predial	Aquisição	Sim	1	4	R\$ 274,87	R\$ 1.099,48
9	21277	Extintor de pó químico seco classe ABC 12 kg	Predial	Aquisição	Sim	1	2	R\$ 320,16	R\$ 640,32
10	21278	Extintor de dióxido de carbono CO ² para classe BC 4 kg	Predial	Aquisição	Sim	1	6	R\$ 500,00	R\$ 3.000,00
11	21279	Extintor de dióxido de carbono CO ² para classe BC 6 kg	Predial	Aquisição	Sim	1	6	R\$ 650,00	R\$ 3.900,00
12	25976	<p>Suporte de tripé com haste para extintor de incêndio de peso 4 à 12 Kg. Fabricado em chapa de aço com acabamento de pintura eletrostática vermelha com tratamento anticorrosivo, sendo fabricado de acordo com as normas ABNT</p>  <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	Predial	Aquisição	Não	1	15	R\$ 65,36	R\$ 980,40
13	25977	<p>Suporte de Parede para extintor de incêndio modelo universal em "L", fabricado em aço carbono cromado para extintor de 04 à 12 kg. Deve possuir furação e acompanhamento de dois parafusos e duas buchas número oito</p>  <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	Predial	Aquisição	Não	1	55	R\$ 10,00	R\$ 550,00
VALOR ESTIMADO GLOBAL DO LOTE II								R\$ 21.232,14	

LOTE 03 – LUMINÁRIAS DE EMERGÊNCIA NOVAS

ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO	USO	SERVIÇO	CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DO FABRICANTE JUNTO AO INMETRO	QUANT. MÍN.	QUANT. MÁX.	VALOR DE REFERÊNCIA UNITÁRIO	VALOR DE REFERÊNCIA TOTAL DO ITEM
------	---------	-----------	-----	---------	--	-------------	-------------	------------------------------	-----------------------------------

1	25978	<p>Luminária autônoma de emergência convencional com no mínimo 100 lumens e 30 LEDs, 2W, alto brilho, alimentação bivolt automática com bateria embutida, autonomia mínima de 6 horas, acendimento automático na falta de energia. O produto deve atender a NBR 10.898, demais normativas vigentes e exigências locais do Corpo de Bombeiros. Incluso kit completo de instalação com parafuso e bucha. Instalado conforme projeto. Fornecimento e instalação.</p>  <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	50	R\$ 45,00	R\$ 2.250,00
2	25979	<p>Luminária autônoma de emergência tipo bloco autônomo com no mínimo 2000 lúmens, 2 faróis de no mínimo 24 LEDs, direcionáveis em um ângulo de giro mínimo de 120º, alimentação bivolt automática, com bateria embutida, autonomia mínima de 6 horas. Acendimento Automático na falta de energia. O produto deve atender a NBR 10.898, demais normativas vigentes e exigências locais do Corpo de Bombeiros. Incluso kit completo de instalação com parafuso e bucha. Instalado conforme projeto. Fornecimento e instalação.</p>  <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	10	R\$ 240,99	R\$ 2.409,90
VALOR ESTIMADO GLOBAL DO LOTE III									R\$ 4.659,90







LOTE 04 – PLACAS DE SINALIZAÇÃO FOTOLUMINESCENTES NOVAS									
ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO	USO	SERVIÇO OU AQUISIÇÃO	CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DO FABRICANTE JUNTO AO INMETRO	QUANT. MÍN.	QUANT. MÁX.	VALOR DE REFERÊNCIA UNITÁRIO	VALOR DE REFERÊNCIA TOTAL DO ITEM
1	25966	<p>Placa de sinalização de emergência - Sinalizador do agente extintor: fotoluminescente, atendendo as especificações da ABNT NBR 16820 e da RT CBMRS Nº12/2022, alta capacidade de radiação luminosa, dimensões 20cmx8 cm, em PVC rígido fotoluminescente, com superfície antiestática e de fácil limpeza, impressão por serigrafia, resistente aos raios UV, resistente fogo, não inflamável e autoextinguível, não radiotiva, isento de fósforo e chumbo; garantia de cinco (05) anos sem alteração das cores de impressão, com as seguintes especificações: Extintor de Pó ABC (N2), Extintor de pó BC (N5).</p>  <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	100	R\$ 15,75	R\$ 1.575,00
2	25967	<p>Placa de sinalização de emergência - extintor de incêndio (E5): atendendo as especificações da ABNT NBR 16820 e da RT CBMRS Nº12/2022, alta capacidade de radiação luminosa, dimensões 20cmx20cm, em PVC rígido fotoluminescente, com superfície antiestática e de fácil limpeza, impressão por serigrafia, resistente aos raios UV, resistente fogo, não inflamável e autoextinguível, não radiotiva, isento de fósforo e chumbo; garantia de cinco (05) anos sem alteração das cores de impressão, forma quadrada, fundo vermelho, pictograma fotoluminescente.</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	100	R\$ 11,00	R\$ 1.100,00

									
		Imagem meramente ilustrativa							
3	25968	<p>Placa de sinalização de emergência - proibido fumar (P1): atendendo as especificações da ABNT NBR 16820 e da RT CBMRS Nº12/2022, alta capacidade de radiação luminosa, diâmetro 20cm, em PVC rígido fotoluminescente, com superfície antiestática e de fácil limpeza, impressão por serigrafia, resistente aos raios UV, resistente fogo, não inflamável e autoextinguível, não radioativa, isento de fósforo e chumbo; garantia de cinco (05) anos sem alteração das cores de impressão, forma circular, fundo branco ou fotoluminescente, pictograma preto, faixa circular e barra diametral vermelha.</p> 	Predial	Aquisição	Sim	1	20	R\$ 20,00	R\$ 400,00
		Imagem meramente ilustrativa							

4	25969	<p>Placa de sinalização de emergência - orientação do sentido da saída de emergência (S1 e S2): atendendo as especificações da ABNT NBR 16820 e da RT CBMRS Nº12/2022, alta capacidade de radiação luminosa, dimensões 30cmx15cm, em PVC rígido fotoluminescente, com superfície antiestática e de fácil limpeza, impressão por serigrafia, resistente aos raios UV, resistente fogo, não inflamável e autoextinguível, não radiotiva, isento de fósforo e chumbo; garantia de cinco (05) anos sem alteração das cores de impressão, forma retangular, fundo verde, pictograma fotoluminescente.</p>  <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	100	R\$ 24,83	R\$ 2.483,00
5	25970	<p>Placa de sinalização de emergência - saída de emergência (S12): atendendo as especificações da ABNT NBR 16820 e da RT CBMRS Nº12/2022, alta capacidade de radiação luminosa, dimensões 30cmx15cm, altura da letra > 65mm, em PVC rígido fotoluminescente, com superfície antiestática e de fácil limpeza, impressão por serigrafia, resistente aos raios UV, resistente fogo, não inflamável e autoextinguível, não radiotiva, isento de fósforo e chumbo; garantia de cinco (05) anos sem alteração das cores de impressão, forma retangular, fundo verde, pictograma e texto fotoluminescente.</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	50	R\$ 21,00	R\$ 1.050,00

		 <p>Imagem meramente ilustrativa</p>							
6	25971	<p>Placa de sinalização de emergência - Cuidado, risco de incêndio (A2): atendendo as especificações da ABNT NBR 16820 e da RT CBMRS Nº12/2022, alta capacidade de radiação luminosa, base 30cm, em PVC rígido fotoluminescente, com superfície antiestática e de fácil limpeza, impressão por serigrafia, resistente aos raios UV, resistente fogo, não inflamável e autoextinguível, não radiotiva, isento de fósforo e chumbo; garantia de cinco (05) anos sem alteração das cores de impressão, forma triangular, fundo amarelo ou com retícula conforme ABNT NBR 16820, pictograma e faixa triangular preta.</p>  <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	20	R\$ 31,62	R\$ 632,40
7	25972	<p>Placa de sinalização de emergência - Cuidado, risco de choque elétrico (A5): atendendo as especificações da ABNT NBR 16820 e da RT CBMRS Nº12/2022, alta capacidade de radiação luminosa, largura 30cm, em PVC rígido fotoluminescente, com superfície antiestática e de fácil limpeza, impressão por serigrafia, resistente aos raios UV, resistente fogo, não inflamável e autoextinguível, não radiotiva, isento de fósforo e chumbo; garantia de cinco (05) anos sem alteração das cores de impressão, forma triangular, fundo amarelo ou</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	20	R\$ 31,00	R\$ 620,00

		<p>com retícula conformea ABNT NBR 16820, pictograma e faixa triangular preta.</p>  <p>Imagem meramente ilustrativa</p>							
8	25987	<p>Placa de sinalização de emergência - avisador sonoro do alarme de incêndio (E1): atendendo as especificações da ABNT NBR 16820 e da RT CBMRS Nº12/2022, alta capacidade de radiação luminosa, dimensões 20cmx20cm, em PVC rígido fotoluminescente, com superfície antiestática e de fácil limpeza, impressão por serigrafia, resistente aos raios UV, resistente fogo, não inflamável e autoextinguível, não radiotiva, isento de fósforo e chumbo; garantia de cinco (05) anos sem alteração das cores de impressão, forma quadrada, fundo vermelho, pictograma fotoluminescente.</p>  <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	20	R\$ 21,44	R\$ 428,80
9	25973	<p>Placa de sinalização de emergência - acionador manual do alarme de incêndio (E2): atendendo as especificações da ABNT NBR 16820 e da RT CBMRS Nº12/2022, alta capacidade de radiação luminosa, dimensões</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	20	R\$ 20,19	R\$ 403,80

		<p>20cmx20cm, altura da letra > 65mm, em PVC rígido fotoluminescente, com superfície antiestática e de fácil limpeza, impressão por serigrafia, resistente aos raios UV, resistente fogo, não inflamável e autoextinguível, não radiotiva, isento de fósforo e chumbo; garantia de cinco (05) anos sem alteração das cores de impressão, forma quadrada, fundo vermelho, pictograma fotoluminescente, texto vermelho em fundo fotoluminescente.</p>  <p>Imagem meramente ilustrativa</p>							
10	25974	<p>Placa de sinalização de emergência - mangotinho (E6): atendendo as especificações da ABNT NBR 16820 e da RT CBMRS Nº12/2022, alta capacidade de radiação luminosa, dimensões 20cmx20cm, em PVC rígido fotoluminescente, com superfície antiestática e de fácil limpeza, impressão por serigrafia, resistente aos raios UV, resistente fogo, não inflamável e autoextinguível, não radiotiva, isento de fósforo e chumbo; garantia de cinco (05) anos sem alteração das cores de impressão, forma quadrada, fundo vermelho, pictograma fotoluminescente.</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	3	R\$ 23,63	R\$ 70,89

		 <p>Imagem meramente ilustrativa</p>							
11	25975	<p>Placa de sinalização de emergência - hidrante de incêndio (E8): atendendo as especificações da ABNT NBR 16820 e da RT CBMRS Nº12/2022, alta capacidade de radiação luminosa, dimensões 20cmx20cm, em PVC rígido fotoluminescente, com superfície antiestática e de fácil limpeza, impressão por serigrafia, resistente aos raios UV, resistente fogo, não inflamável e autoextinguível, não radiotiva, isento de fósforo e chumbo; garantia de cinco (05) anos sem alteração das cores de impressão, forma quadrada, fundo vermelho, pictograma fotoluminescente.</p>  <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	5	R\$ 17,26	R\$ 86,30
12	25988	<p>Placa de sinalização de emergência - indicação de lotação máxima (C1): atendendo as especificações da ABNT NBR 16820 e da RT CBMRS Nº12/2022, alta capacidade de radiação luminosa, dimensões 30cmx15cm, altura da letra > 30mm, em PVC rígido fotoluminescente, com superfície antiestática e de fácil limpeza, impressão por serigrafia, resistente aos raios UV, resistente fogo, não inflamável e autoextinguível, não radiotiva, isento de fósforo</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	10	R\$ 37,95	R\$ 379,50




PODER EXECUTIVO

NÃO-ME-TOQUE

CAPITAL NACIONAL DA AGRICULTURA DE PRECISÃO



		e chumbo; garantia de cinco (05) anos sem alteração das cores de impressão, forma retangular, fundo verde, texto branco ou fotoluminescente. Serão solicitadas placas diferentes para cada edificação.  Imagem meramente ilustrativa							
VALOR ESTIMADO GLOBAL DO LOTE IV									R\$ 9.229,69

LOTE 05 – ALARMES, HIDRANTE E CENTRAL DE GÁS									
ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO	USO	SERVIÇO OU AQUISIÇÃO	CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DO FABRICANTE JUNTO AO INMETRO ou CERTIFICADO INTERNACIONAL EQUIVALENTE	QUANT. MÍN.	QUANT. MÁX.	VALOR DE REFERÊNCIA UNITÁRIO	VALOR DE REFERÊNCIA TOTAL DO ITEM
1	25980	Central de alarme de incêndio: Topologia Classe B – 2 fios. Norma seguida NBR 17240. Sistema de atuação Endereçável Área supervisionável 1600 m² por laço. Memória das últimas ocorrências – Eventos 256 (alarmes) + 256 (falhas). Quantidade de laços da central (a 2 fios) 4. Dispositivos por laço 32 (2 fios). Dispositivos totais 128. Comprimento máximo do laço (até o último dispositivo) 1000 m. Tensão de alimentação 100 a 245 Vac – 60 Hz. Tensão de operação 21 a 27 Vdc. Corrente máxima saída relé 2 A. Consumo em bateria 1,3 W. Consumo máximo laço 45 mA. Corrente de carga da bateria (máx.) 24 Vdc 500 mA. Bateria PB – Seladas - 2 baterias 12 Vdc 2,2 Ah. Display LCD – 2 linhas de 16 caracteres Mecânicas. Chassi Plástico ABS.	Predial	Aquisição	Sim	1	5	R\$ 2.257,91	R\$ 11.289,55



PODER EXECUTIVO

NÃO-ME-TOQUE

CAPITAL NACIONAL DA AGRICULTURA DE PRECISÃO



2	25981	Comando manual de alarme: Acionador manual de Alarme endereçável. Botoeira para acionamento de alarme tipo quebra Vidro. Produzida em Plástico ABS Antichama de alto Impacto na cor vermelha. Acionamento Automático através de botão Push--Botton. Acionamento manual através de chave reed. Swit (Ampola de vidro acionada por imã). Sistema de supervisão de estado de rede através de Led's Indicadores. Com martelo ABS com ponteiras metálicas com corrente para o rompimento do vidro. Placa resinada para proteção a umidade.	Predial	Aquisição	Sim	1	10	R\$ 121,92	R\$ 1.219,20
3	25982	Alarme sonoro: Indicador sonoro e visual para uso em alarmes de incêndio. Indicada para alarmes de Incêndio. Potência sonora: 15 dBA acima do nível médio do Som ambiente ou 5 dBA acima do nível máximo do som Ambiente, medidos a 3 m da fonte. Tensão de Alimentação: 220 V. Cor: Vermelho. Consumo: 25 mA/15 mA. Indicação visual com LEDS.	Predial	Aquisição	Sim	1	5	R\$ 193,95	R\$ 969,75
4	25983	Aquisição de mangueira de incêndio tipo 2 – 1 ^{1/2} ": confeccionada 100% em fio de poliéster de alta tenacidade, tecimento diagonal (tipo sarja), na cor branca com tubo interno de borracha sintética e dotada de uniões tipo storz, conforme Norma ABNT- NBR 11861. Dimensões: - Diâmetro: 1 ½"; - Comprimento: 30m.	Predial	Aquisição	Sim	1	15	R\$ 960,00	R\$ 14.400,00
5	25984	Chave dupla tipo Storz em latão engate rápido (1.1/2" x 2.1/2") (ABNT NBR 14349/1999 e 16021/2011)	Predial	Aquisição	Sim	1	5	R\$ 24,28	R\$ 121,40
6	25985	Teste hidrostático de mangueira de incêndio de	Predial	Serviço	Não	1	5	R\$ 63,73	R\$ 318,65



		acordo com ABNT NBR 12779							
7	25986	Laudo de estanqueidade da central de GLP de acordo com ABNT NBR 15571	Predial	Serviço	Não	1	10	R\$ 2.035,41	R\$ 20.354,10
VALOR ESTIMADO GLOBAL DO LOTE V									R\$ 48.672,65

1.3. As quantidades especificadas na tabela acima são estimadas, tomadas por base nas aquisições dos últimos doze meses. Considerando que é impreciso o quantitativo efetivamente necessário para atender a demanda da Administração ressaltamos que as quantidades são estimadas, podendo ser solicitadas conforme a necessidade e demanda das Secretarias Municipais do Município de Não-Me-Toque/RS.

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência do registro de preços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, conforme faculta a Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/ SERVIÇOS

3.1. Os equipamentos a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens e serviços comuns (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021), cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

CAPÍTULO II

DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A presente contratação visa atender à necessidade do Município de Não-Me-Toque/RS de garantir a segurança contra incêndio e pânico em todas as suas edificações públicas, incluindo escolas, creches, unidades de saúde, prédios administrativos e demais espaços de uso coletivo. A aquisição de extintores de incêndio, placas indicativas, luminárias de emergência e itens de sinalização de prevenção de incêndio, bem como a contratação dos serviços de manutenção (Níveis I, II e III) para esses equipamentos, é fundamental para assegurar a proteção da vida humana e do patrimônio público contra os riscos de incêndio, através da disponibilização de equipamentos de combate a incêndio em perfeito estado de funcionamento e de sistemas de sinalização e iluminação de emergência eficazes.

Além disso, garante o cumprimento das exigências legais e normativas estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul e pelas normas técnicas da ABNT (especialmente NBR 12962, NBR 13434, NBR 15808, NBR 15809, NBR 16820), visando a obtenção e renovação dos Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) das edificações municipais.

Por fim, nota-se que a contratação é essencial para a conformidade legal, a segurança dos usuários e a preservação dos bens públicos, além de manter a operacionalidade e a confiabilidade dos sistemas de prevenção e combate a incêndio por meio de serviços de manutenção periódica e especializada, prevenindo falhas e otimizando a vida útil dos equipamentos.



PODER EXECUTIVO



5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

5.1. Diante da análise comparativa realizada no Estudo Técnico Preliminar, a solução a ser adotada será a aquisição dos materiais e serviços através de Sistema de Registro de Preços (SRP). Esta modalidade assegura a ampla competitividade do mercado, a obtenção de preços mais vantajosos e a flexibilidade operacional necessária para atender às demandas de aquisição e manutenção de extintores, sinalização e luminárias de emergência de forma gradual e planejada, em conformidade com as necessidades de cada edificação e a disponibilidade orçamentária. As demais soluções apresentaram limitações significativas, tornando-as menos adequadas para a presente contratação.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Para o atendimento desta necessidade pública, a futura contratação deverá observar rigorosamente os seguintes requisitos técnicos, de segurança e de conformidade normativa, aplicáveis tanto aos bens a serem adquiridos quanto aos serviços de manutenção:

a) Os extintores de incêndio devem ser novos, de primeiro uso, com selo de conformidade do INMETRO e fabricados conforme a ABNT NBR 15808 (Extintores de Incêndio Portáteis) e ABNT NBR 15809 (Extintores de Incêndio sobre Rodas), conforme o tipo (água, CO₂, pó químico, espuma mecânica, etc.) e capacidade exigidos. Garantia mínima de 05 (cinco) anos para os extintores novos (carga original) e 12 (doze) meses para a carga e componentes, a partir da data de fabricação;

c) As placas indicativas e de sinalização de prevenção de incêndio devem ser fotoluminescentes, confeccionadas em material resistente a intempéries, com dimensões e pictogramas padronizados conforme a ABNT NBR 16820 (Sinalização de Segurança Contra Incêndio e Pânico). Garantia mínima de 5 (cinco) anos contra desbotamento e perda de eficiência;

d) As luminárias de emergência devem ser autônomas, com bateria recarregável de longa duração, acionamento automático em caso de falta de energia e fluxo luminoso adequado para iluminação de rotas de fuga, conforme a ABNT NBR 10898 (Sistema de Iluminação de Emergência). Devem apresentar selo de conformidade do INMETRO e garantia mínima de 12 (doze) meses;

e) Os serviços de manutenção deverão ser executados por empresa especializada, em estrita conformidade com a ABNT NBR 12962 (Inspeção, Manutenção e Recarga em Extintores de Incêndio) e ABNT NBR 13485 (Manutenção de Terceiro Nível de Extintores de Incêndio). A contratada deverá emitir laudos técnicos e relatórios detalhados das manutenções realizadas e utilizar sistema de rastreabilidade para os extintores, com etiquetas de identificação e registro das manutenções.

CAPÍTULO III

DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7. DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS/SERVIÇOS

7.1. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO NÍVEIS I, II E III

7.1.1. O serviço de manutenção deverá observar a legislação pertinente, inclusive:

a) Portaria n.º 173, de 12/07/2006 – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – INMETRO;



- b)** NBR 12962 e alterações posteriores vigentes – Inspeção, manutenção e recarga de extintores de incêndio;
- c)** NBR NM 1351 (Norma Mercosul) e alterações posteriores vigentes – Indicador de pressão para extintores de incêndio;
- d)** NBR 9695 e alterações posteriores vigentes – Pó para extinção de incêndio;
- e)** NBR 15808 (portáteis) e NBR 15809 (sobre rodas) e alterações posteriores vigentes – Extintores de incêndio com carga de pó químico;
- h)** NBR 12274 e alterações posteriores vigentes – Inspeção em cilindros de aço sem costura para gases;
- i)** NBR 15808 e alterações posteriores vigentes – Extintores de incêndio com carga de fosfato monoamônico;
- j)** NR 23 e alterações posteriores vigentes – Proteção Contra Incêndio.

7.1.2. Será realizada a inspeção técnica e exame periódico, que se realiza no extintor de incêndio, sem a desmontagem do equipamento, com a finalidade de verificar se este permanece em condições de operação no tocante aos seus aspectos externos.

7.1.3. A manutenção efetuada no extintor de incêndio será realizada por empresa certificada, no âmbito do SBAC, com a finalidade de verificar e manter suas condições de operação, após sua utilização, quando requerido por uma inspeção técnica:

- a)** A manutenção de primeiro nível é de caráter corretivo geralmente efetuada no ato da inspeção, por empresa certificada, no âmbito do SBAC, que pode ser realizada no local onde o extintor está instalado, não havendo necessidade de removê-lo para oficina especializada;
- b)** A manutenção de segundo nível é de caráter preventivo e corretivo que requer execução de serviços com equipamento e local apropriados e por empresa certificada, no âmbito do SBAC;
- c)** A manutenção de terceiro nível ou vistoria é processo de revisão total do extintor, incluindo a execução de ensaios hidrostáticos;
- d)** A manutenção inclui: recarga, reposição ou substituição da carga nominal de agente extintor e/ou expelente;
 - d.1)** Troca de componentes peças ou partes que formam o extintor, e que são capazes de proporcionar os requisitos de desempenho;
 - d.2)** Ensaio hidrostático, executado em alguns componentes do extintor de incêndio sujeitos à pressão permanente ou momentânea, utilizando-se, normalmente, água como fluido. Tem como principal objetivo a avaliação da resistência do componente, quando submetido a pressões superiores, à pressão normal de carregamento ou de funcionamento do extintor, definidas em suas respectivas normas de fabricação.

7.2. PLACAS INDICATIVAS

7.2.1. Visa indicar a localização e os tipos de equipamentos de combate a incêndios e alarme disponíveis no local para o seu acesso e uso e a sinalização de alerta, orientação e salvamento.

7.2.2. Decoração e impressão: Pictogramas, textos e cores de acordo com a ABNT NBR 16820 e RTCBMRS 14/2022, e alterações posteriores vigentes. As cores de segurança (vermelha, verde e preta) devem cobrir no mínimo 50% da área do símbolo, exceto no símbolo de proibição, com valor mínimo de 35%. As cores de contraste usadas para sinalização de proibição são branca ou fotoluminescente, destinada para sinalizações, orientações e salvamento e de



equipamentos de combate a incêndio e alarme. Na sinalização de alerta, a cor de contraste deve ter fundo fotoluminescente e cor amarela.

7.2.3. As placas serão produzidas em PVC expandido 2 mm, material que não propaga chama devido a liberação de ácido clorídrico em sua queima, o que torna sua chama auto extingüível.

7.2.4. Área fotoluminescente: De acordo com a norma ABNT NBR 16820 e RTCBMRS 14/2022, e alterações posteriores vigentes, o pictograma e os textos de indicação das placas devem ser fotoluminescentes. A parte com cor não deve brilhar, facilitando a visualização do pictograma e dos textos devido a diferença de contraste. Não há necessidade de brilho na borda das placas.

7.2.5. Marcação da sinalização: Toda sinalização dentro dos parâmetros da ABNT NBR 16820 e RTCBMRS 14/2022, e alterações posteriores vigentes, deverá ser identificada de forma legível, na face exposta a identificação do fabricante (nome ou marca registrada ou número do CNPJ), a intensidade luminosa, expressa em mcd/m² a 10 min e 60 min após a remoção da fonte de luz, o tempo de atenuação, expresso em minutos, a cor durante excitação, a cor da fotoluminescência, garantindo ao usuário e órgãos fiscalizadores a qualidade e proveniência do produto. Essa marcação deve ser impressa diretamente no produto acabado, não sendo aceito qualquer tipo de marcação que possa ser removida do produto final.

8. DO PEDIDO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. As **secretarias/almoxxarifados** solicitarão os materiais/serviços conforme necessidade, através da Ordem de Compra ou nota de empenho via e-mail ou mensagem de WhatsApp à **CONTRATADA**.

8.2. Juntamente com a Ordem de Compra, serão enviados o endereço e o nome do responsável para recebimento das mercadorias. Os possíveis endereços de entrega serão, conforme tabela abaixo:

LOCAL	ENDEREÇO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Secretaria Municipal de Educação	Av. Dr. Waldomiro Graeff, 990 - Centro 54-3332-3388/4090
EMEI Arlindo Hermes	Rua Max Arnaldo Sebastiani, 190 - Bairro Arlindo Hermes 54-3332-5238
EMEI Ciranda da Alegria	Av. Guilherme Augustin, 235 - Centro 54-3332-5237
EMEI Infância Feliz	Rua Mário Quintana, 267 - Bairro Alfredo Alzório Roos 54-3332-3768
EMEI Pequeno Polegar	Rua Pinheiro Machado, 568 - Bairro Martini 54-3332-3363
EMEF Amália Kerber	Distrito São José do Centro 54-3332-8063
EMEF Carlos Gomes	Localidade Bom Sucesso 54- 9 9170-1408



EMEF Ernesto João Cardoso	Av. Guilherme Augustin, 1000 - Bairro Viau 54-3332-5283
EMEF Nossa Senhora de Lourdes	Av. Brasília, 120 - Bairro Industrial 54-3332-5596
EMEF Santo Antônio	Rua Alferes Rodrigo, 920 - Bairro Santo Antônio 54-3332-5597
EMEF Valdomiro Graciano	Rua São Vicente de Paulo, 415 - Bairro Jardim 54-3332-4103
EMEI Dirce Erpen	Rua Atalbio da Luz, nº 21, Bairro Jardim, junto ao Loteamento Vivenda dos Imigrantes 54 3332-3388
GINÁSIO DE ESPORTES SANTO ANTÔNIO	Rua Carazinho, 315 – Bairro Santo Antônio
GINÁSIO DE ESPORTES INDUSTRIAL	Av. Brasília – Bairro Industrial
GINÁSIO DE ESPORTES JARDIM	Rua São Vicente de Paulo, 415 – Fundos – Bairro Jardim
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Rua Fernando Sturm, 172 – Centro 54 3332-1233
ABRIGO INSTITUCIONAL	Rua Fernando Sturm, 448 - Centro
CRAS	Rua Fernando Sturm, 172 – Centro
CREAS	Rua Cel. Alberto Schmitt, 99 - Centro
CENTRO DE GERAÇÃO DE RENDA	Rua Fernando Sturm, 172 – Centro
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
CENTRO ADMINISTRATIVO	Avenida Alto Jacui, 840 – Centro 54 3332-2600
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
Secretaria De Saúde	Rua Dr. Liberato Salzano, nº 293, Bairro Centro
Unidade Basica de Saude Central	Av Waldomiro Graeff Nº1617, Bairro Centro
Unidade Basica de Saude Bairro Jardim	Rua Tancredo Neves Nº 99, Bairro Jardim
Unidade Basica de Saude Bairro Industrial	Av. Brasilia Nº 132, Bairro Industrial
Unidade Basica de Saude Bairro Martini	Rua Victor Graeff Nº 566, Bairro Martini
Unidade Basicade Saude Bairro Viau	Rua Emilio Favaretto Nº96, Bairro Viau
Unidade Basica de Saude Bairro Santo Antonio	Rua Venancio Aires Nº 773, Bairro Santo Antonio
Centro de Apoio/Laboratório	Av. Coronel Alberto Schimtt, Nº 99 Centro
Posto São José do Centro	Avenida Emilio Kerber, 624 – São José do Centro
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SANEAMENTO	



Parque de Máquinas	Avenida Guilherme Augustin, nº 1166, Bairro Viau
Central De Triagem de Resíduos da Construção Civil	Localidade de São José do Centro
Praça Central	
Praça Cohab	
Vias Urbanas	
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, AGROPECUÁRIO E LAZER	
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agropecuário e Lazer	Av. Dr. Waldomiro Graeff, nº 1704, com Martin, Rousara ou Magnólia, contato (54) 3332-3177.
Feira do Produtor	Av. Waldomiro Graeff junto ao Estádio Waldomiro Graeff
Cetep - Centro de Educação Técnico Profissionalizante	Rua Senador Salgado Filho, nº 1275, Bairro Vila Nova (junto com o SENAI).
Centro de Informações Turísticas	Av. Dr. Waldomiro Graeff esquina com Av. Alto Jacuí
Casa da Cultura Dr. Otto Sthal	Rua Cel. Alberto Scmitt, 518
Ginásio de Esportes Arlindo Hermes	Rua Prof. Antônio Castanho da Rocha – Bairro Arlindo Hermes
Ginásio de Esportes do Assentamento	RS 142 – próximo ao Abatedouro Municipal
Ginásio Poliesportivo Harry Alberto Erpen	Rua Padre Valentin Rumpel esquina com Capitão João Viau
Estádio Municipal Dr. Waldomiro Graeff	Av. Dr. Waldomiro Graeff
Quadra de Esportes Reinoldo Kissmann	Rua Caldas Junior
Biblioteca Municipal	Av. Dr. Waldomiro Graeff, nº 1704 - Centro

8.2.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços poderão ser acrescentados ou excluídos locais para prestação de serviço, de acordo com a necessidade do Município.

8.3. Devem-se observar os horários de entrega, sendo de segunda a sexta-feira no turno da manhã: 8h15min às 11h30min e no turno da tarde: 13h30min às 17h. Após o horário não serão recebidas as mercadorias, ficando de responsabilidade da CONTRATADA o retorno para sua efetivação.

8.4. A CONTRATADA deverá entregar dos materiais e serviços solicitados através da Ordem de Compra ou Nota de empenho no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contando-se o prazo a partir do recebimento da Ordem de Compra.

8.4.1. O prazo que trata o item 8.4 poderá ser prorrogado uma única vez, pelo prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, desde que requerido pela contratada, devidamente justificado e aceito pela contratante.

8.5. A CONTRATADA deverá entregar os materiais e serviços diretamente em cada secretaria, sendo que os mesmos deverão ser carregados e descarregados por funcionários da empresa CONTRATADA ou terceirizada pela mesma.

8.6. Correrão por conta da CONTRATADA as despesas de embalagem, seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

8.7. Correrão por conta da CONTRATADA as despesas de transporte decorrentes do fornecimento.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:



- a) Requisitar a entrega dos extintores de incêndio ou a recarga dos extintores de incêndio e demais materiais de sinalização à **CONTRATADA**, através da Ordem de Compra ou Nota de Empenho;
- b) Conferir os extintores de incêndio ou a recarga dos extintores de incêndio, embora a **CONTRATADA** seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento nas condições especificadas neste Termo de Referência;
- c) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência, Edital e proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- d) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- e) Notificar a contratada sempre que o equipamento apresentar falhas em seu funcionamento, durante a garantia dos extintores e demais materiais de sinalização;
- f) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- g) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- h) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- i) Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências previstas neste termo;
- j) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada viabilizando a boa execução do objeto contratado;
- k) Proporcionar à contratada as condições para que possa fornecer os materiais e serviços dentro das normas estabelecidas;
- l) Gerenciar e fiscalizar a execução desta Ata de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021;
- m) Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada/Detentora sobre as irregularidades observadas no cumprimento desta Ata;
- n) Notificar a Fornecedora/Detentora por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- o) Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;
- p) Prestar à contratada todos os esclarecimentos necessários à execução da Ata de Registro de Preço;
- q) Comprometer-se a proteger os dados pessoais acessados durante a execução contratual e cumprir a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:



- a) Entregar os extintores de incêndio ou a recarga dos extintores de incêndio e demais materiais de sinalização, conforme especificações e exigências, prazo e local constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 2 (dois) dias corridos que antecedem a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- f) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na Ata de Registro de Preços;
- g) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução da Ata de Registro de Preços;
- h) Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da contratante;
- i) Fornecer os materiais e serviços no prazo estabelecido, informando em tempo hábil qualquer motivo que impossibilite assumir o estabelecido;
- j) Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade do material ou serviço, reservando à contratante o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados;
- k) Atender, de imediato, às solicitações relativas à substituição, reposição ou troca do equipamento que não atenda ao especificado;
- l) Quando for o caso, comunicar imediatamente à contratante qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- m) Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes do fornecimento dos materiais ou serviços, seja por vício de fabricação ou por ação ou omissão de seus empregados;
- n) Corrigir, remover, substituir, desfazer e refazer, prioritária e exclusivamente, à sua custa e risco, num prazo de no máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente, quaisquer vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas e imperfeições nos produtos, decorrentes de culpa da empresa fornecedora e dentro das especificações do fabricante. A CONTRATANTE poderá rejeitar o material ou serviço no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, caso constatadas irregularidades no atendimento às especificações;
- o) Na constatação de defeitos de fabricação, não detectados quando da entrega, ficará a CONTRATADA responsável pela troca do produto, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;
- p) É vedado à CONTRATADA transferir, no todo ou em parte, as obrigações da Ata de Registro de Preços;
- q) Os materiais deverão ser transportados e entregues protegidos contra fatores externos que possam causar danos, comprometendo seu estado, qualidade e utilização;



PODER EXECUTIVO

NÃO-ME-TOQUE
CAPITAL NACIONAL DA AGRICULTURA DE PRECISÃO



- r) Responsabilizar-se pela completa entrega dos materiais, inclusive pela retirada, quando constatadas quaisquer impropriedades nos mesmos;
- s) Responsabilizar-se, integralmente, pelos seus empregados alocados na execução do objeto do contrato, arcando com todos os custos, salários, transporte, refeição, verbas legais, trabalhistas, fundiárias ou de qualquer natureza, nos termos da legislação vigente;
- t) A CONTRATANTE rejeitará os fornecimentos executados em desacordo com o disposto neste Termo de Referência. Se, mesmo após o recebimento definitivo, constatar-se que os fornecimentos foram executados em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, os responsáveis da CONTRATANTE notificarão a empresa fornecedora para que a mesma providencie a correção necessária dentro dos prazos de recebimento;
- u) As despesas de transporte decorrentes do fornecimento dos materiais e serviços serão de responsabilidade da CONTRATADA; e
- v) A CONTRATADA deverá manter seu cadastro atualizado junto à Prefeitura Municipal de Nã-Me-Toque, especialmente os dados para contato como endereço, e-mail e telefone, visando o recebimento de ordens de compra, notas de empenho, dúvidas, avisos e notificações, a qual ficará obrigada a comunicar ao Setor de Cadastro qualquer alteração.

11. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração, mediante anuência do Município de Nã-Me-Toque/RS, conforme legislação vigente.

11.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o Município de Nã-Me-Toque/RS.

11.3. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

11.4. Compete ao Ente não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Município de Nã-Me-Toque/RS.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. É permitida a subcontratação do objeto deste Termo de Referência?

(x) Não.

() Sim

13. GARANTIA (E/OU VALIDADE)



13.1. Todos os equipamentos descritos na tabela do item 1.2 deste Termo de Referência deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses a contar da data do recebimento do equipamento pela contratante e os extintores novos (carga original) e as placas de sinalização de emergência devem ter garantia mínima de 05 (cinco) anos.

13.2. A execução desta contratação, aplica-se no que couber o código de Defesa do Consumidor vigente na data da aquisição do equipamento.

CAPÍTULO IV

DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

14.2. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

14.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

14.4. O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

14.5. Os fiscais e gestores dos serviços serão designados no momento da contratação, na ordem de compra/nota de empenho.

15. DOS PROCEDIMENTOS DE TESTES E INSPEÇÕES

15.1. Os serviços de manutenção deverão ser executados por empresa especializada, em estrita conformidade com a ABNT NBR 12962 (Inspeção, Manutenção e Recarga em Extintores de Incêndio) e ABNT NBR 13485 (Manutenção de Terceiro Nível de Extintores de Incêndio). A contratada deverá emitir laudos técnicos e relatórios detalhados das manutenções realizadas e utilizar sistema de rastreabilidade para os extintores, com etiquetas de identificação e registro das manutenções.

CAPÍTULO V

DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

16. DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

16.1. O objeto contratado será recebido provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços contratados, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

16.2. A entrega poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.



16.3. O recebimento definitivo ocorrerá de forma tácita 10 (dez) dias corridos, após o recebimento provisório, após a verificação da qualidade do serviço executado e consequente aceitação.

16.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pelo fornecimento do objeto licitado, nem a ético-profissional pela perfeita execução deste objeto.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. impedimento de licitar e contratar;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II as peculiaridades do caso concreto;
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 17.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.



17.2.4. A sanção prevista no inciso II do item 17.2, calculada na forma do contrato, será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

17.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 17.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de NãO-ME-TOQUE, pelo prazo de 3 (três) anos.

17.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 17.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 17.2.5, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

17.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 17.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal.

17.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 17.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

17.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

17.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 17.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

17.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 17.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 17.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

18. DAS PENALIDADES

18.1. A sanção de suspensão de participar de licitação e contratar com o a Administração Pública poderá ser também, aplicada, sem prejuízo das sanções penais e civis, aqueles que:

18.1.1. Retardarem a execução do pregão;

18.1.2. Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;

18.1.3. Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.



18.2. Quando da ação ou omissão decorrerem graves prejuízos ao MUNICÍPIO DE NÃO-ME-TOQUE/RS, seja pela não assinatura do contrato/ata, pela inexecução do objeto, pela execução imperfeita, ou ainda, por outras situações concretas que ensejarem a sanção.

18.3. As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com os termos da lei.

18.4. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

19. DO PAGAMENTO

19.1. O pagamento será efetuado conforme a quantidade de materiais e serviços adquiridos, após a apresentação da Nota Fiscal detalhando o objeto fornecido, com o devido recebimento e a aprovação do gestor e fiscal do serviço, de acordo com o empenho, por meio de depósito bancário, conforme ordem cronológica de pagamentos obedecendo a exigibilidade do crédito conforme Decreto nº 106/2016 de 25 de Maio de 2016, e alterações posteriores.

19.2. Será obrigatório constar no corpo de cada Nota Fiscal emitida, em local de fácil visualização, a indicação do contrato administrativo e da ordem de compra ou nota de empenho, bem como dados bancários para depósito, a fim de se acelerar o trâmite do documento fiscal para pagamento.

19.3. No pagamento serão retidas do valor da contratação todas as retenções previdenciárias, impostos e taxas permitidos na Lei.

19.4. Na hipótese da licitante ser optante do SIMPLES, a empresa deverá informar através de declaração ou na Nota Fiscal a alíquota de ISSQN a ser recolhido.

19.5. A **CONTRATADA** deverá fornecer os dados bancários para o pagamento, tais como banco, agência, conta corrente da empresa.

19.6. Na nota fiscal é obrigatório que a **CONTRATADA** informe o valor de retenção do IRRF da prestação de serviços realizadas para o Município de Não-Me-Toque (RS), conforme disposto na IN RFB nº 1.234/2012, a fim de viabilizar o cumprimento do art. 1º do Decreto Municipal nº 83/2022 de 23 de fevereiro de 2022.

20. DO REAJUSTAMENTO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO EM SENTIDO GERAL

20.1. Os preços contratados serão fixos e irrealizáveis, pelo período de 12 (doze) meses a partir da **data do orçamento estimado**.

20.2. O valor do contrato será fixo e irrealizável, porém poderá ser corrigido (se for o caso) anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite do orçamento estimado, utilizando como indexador o Índice Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), tomando-se por base a data da apresentação da proposta.

20.3. A periodicidade do reajuste é anual, aplicado somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realizados a partir do 1º (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º (décimo segundo) mês e, assim, sucessivamente, contado desde a data da apresentação da proposta e de acordo com a vigência do contrato.



20.4. Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual terá vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.

20.5. Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 124, Inciso II, Alínea d, da Lei 14.133/2021, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.

20.6. O reequilíbrio econômico deverá ser precedido de pesquisa de preços prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis que assegurem o levantamento adequado das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de guardar a justa remuneração do objeto contratado e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

21. DOS CRITÉRIOS DE REDUÇÕES DE PAGAMENTO

21.1 Não se aplica

CAPÍTULO VI

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

22. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

22.1. Com base na natureza e nos valores estimados do objeto a ser contratado, o Setor de Compras e Licitações irá definir a modalidade da contratação a ser realizada.

22.2. Será selecionado o fornecedor que atender a todos os critérios de aceitabilidade de preços e de habilitação exigidos neste Termo de Referência, o critério de julgamento a ser adotado será definido pelo Departamento de Contratos e Licitações.

23. CRITÉRIOS DE APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

23.1. A proposta de preço deverá conter as seguintes indicações:

- a)** identificação do proponente (Razão Social/Nome e CNPJ/CPF).
- b)** a proposta financeira deverá ser formulada, contendo preço unitário por item, total por item e total global por lote, onde deverão estar incluídos, contabilizados e previstos todos os custos inerentes a execução do objeto, indicando, no que for aplicável, a marca, o modelo, prazo de validade ou de garantia; número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- c)** prazo de validade da proposta que deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias.
- d)** apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Termo de Referência.
- e)** assinatura do responsável legal da empresa.

24. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

24.1 Documentos conforme Lei Federal nº 14.133/21.

24.2. Qualificação técnica:

- a)** Apresentar Registro da Declaração de Conformidade do Fornecedor junto ao INMETRO, para que a empresa exerça as atividades de venda, manutenção, recarga, inspeção técnica e manutenção de extintores de incêndio



PODER EXECUTIVO



(Portaria Inmetro/ME nº 58, de 16 de fevereiro de 2022 e alterações posteriores), **para os itens do LOTE 01** descritos na tabela do item 1.2 deste Termo de Referência;

b) Apresentar Certificado de Conformidade do fabricante junto ao INMETRO, **para os itens dos LOTES 02 (exceto itens 12 e 13), e LOTES 03 e 04** descritos na tabela do item 1.2 deste Termo de Referência;

c) Apresentar certificado de conformidade do fabricante junto ao INMETRO ou certificado internacional equivalente **para os itens do LOTES 05 (exceto itens 06 e 07)** descritos na tabela do item 1.2 deste Termo de Referência.

25. ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA

() Sim (x) Não

Justifique a necessidade ou não de apresentação de atestado (s) de capacidade técnica:

26. VISTORIA/VISITA TÉCNICA

(x) Não () Sim () Opcional () Obrigatória. Justifique a necessidade de vistoria obrigatória.

27. DOCUMENTO OFICIAL DO FABRICANTE

(x) Não () Sim

Em caso da resposta for SIM, descreva qual documento a ser solicitado:

28. LEGISLAÇÃO TÉCNICA APLICÁVEL

28.1. O fornecimento dos equipamentos, materiais e serviços deverão atender as normas e legislações técnicas vigentes.

29. AMOSTRAS

(x) Não se aplica neste objeto () Sim

30. ESTIMATIVA DE PREÇOS

30.1. O valor estimado da contratação foi apurado em pesquisas de preços conforme prevê o Decreto Municipal nº 350/2021.

30.2. O Setor Responsável pela cotação de preço foi a Setor de Compras e Licitações da Secretaria Municipal de Finanças.

Os preços que fundamentam esta estimativa de valores foram por mim obtidos e rubricados, são verdadeiros e representam o melhor resultado que pude obter seguindo as orientações das normas que regem a matéria.

Sabrina Estefani Giehl

31. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

31.1. Os recursos destinados à cobertura das despesas ora pretendidos se encontram alocados no Orçamento Geral do Município e serão custeadas com recursos financeiros provenientes do Tesouro Municipal.

31.2. A dotação orçamentária será informado no pedido de compra, no momento da contratação pela secretaria requisitante.

4490522400000 - Equip. de Protecao, Seguranca e Socorro



NÃO-ME-TOQUE
CAPITAL NACIONAL DA AGRICULTURA DE PRECISÃO



33903004000000 - Gás e Outros Materiais Engarrafados

33903028000000 - Material de Proteção e Segurança

33903044000000 - Material de Sinalização Visual e Outros

Não-Me-Toque/RS, 09 de março de 2026.

JEOVÁ DOS SANTOS DA ROCHA

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

LETICIA FABIELI DOS SANTOS SAMPAIO BORGHETTI

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

NICOLE ANDREZA DAUDT

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

DEFERIDO:

GILSON DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

*Texto aprimorado com o uso de IA.



ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2026


RAZÃO SOCIAL	
CNPJ	
TELEFONE	
ENDEREÇO	
BAIRRO	
CIDADE	
CEP	
E-MAIL DO RESPONSÁVEL LEGAL	
RESPONSÁVEL LEGAL PELA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	


OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de Extintores de Incêndio e as respectivas placas indicativas, luminárias de emergência, placas e itens de sinalização de prevenção de incêndio, bem como, a futura prestação dos serviços de manutenção níveis I, II e III, para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Nãome-Toque/RS.


LOTE 01 – RECARGA DE EXTINTORES DE INCÊNDIO									
ITEM	DESCRIÇÃO	USO	SERVIÇO OU AQUISIÇÃO	REGISTRO DA DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DO FORNECEDOR JUNTO AO INMETRO	QUANT. MÍN.	QUANT. MÁX.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
1	Recarga de Extintor de água pressurizada classe A 10 litros.	Predial	Manutenção I e II	Sim	1	30			
2	Recarga de Extintor de pó químico seco classe BC 4 kg.	Predial	Manutenção I e II	Sim	1	45			
3	Recarga de Extintor de pó químico seco classe BC 6 kg	Predial	Manutenção I e II	Sim	1	06			
4	Recarga de Extintor de pó químico seco classe BC 8 kg	Predial	Manutenção I e II	Sim	1	22			
5	Recarga de Extintor de pó químico seco classe BC 12 kg	Predial	Manutenção I e II	Sim	1	14			
6	Recarga de Extintor de pó químico seco classe ABC 4 kg	Predial	Manutenção I e II	Sim	1	150			
7	Recarga de Extintor de pó químico seco classe ABC 6 kg	Predial	Manutenção I e II	Sim	1	60			
8	Recarga de Extintor de pó químico seco classe ABC 8 kg	Predial	Manutenção I e II	Sim	1	20			

9	Recarga de Extintor de pó químico seco classe ABC 12 kg	Predial	Manutenção I e II	Sim	1	2			
10	Recarga de Extintor de dióxido de carbono CO ² para classe BC 4 kg	Predial	Manutenção I e II	Sim	1	10			
11	Recarga de Extintor de dióxido de carbono CO ² para classe BC 6 kg	Predial	Manutenção I e II	Sim	1	8			
12	Recarga de Extintor de água pressurizada classe A 10 litros.	Predial	Manutenção III	Sim	1	10			
13	Recarga de Extintor de pó químico seco classe BC 4 kg.	Predial	Manutenção III	Sim	1	15			
14	Recarga de Extintor de pó químico seco classe BC 6 kg	Predial	Manutenção III	Sim	1	5			
15	Recarga de Extintor de pó químico seco classe BC 8 kg	Predial	Manutenção III	Sim	1	6			
16	Recarga de Extintor de pó químico seco classe BC 12 kg	Predial	Manutenção III	Sim	1	5			
17	Recarga de Extintor de pó químico seco classe ABC 4 kg	Predial	Manutenção III	Sim	1	60			
18	Recarga de Extintor de pó químico seco classe ABC 6 kg	Predial	Manutenção III	Sim	1	40			
19	Recarga de Extintor de pó químico seco classe ABC 8 kg	Predial	Manutenção III	Sim	1	15			
20	Recarga de Extintor de pó químico seco classe ABC 12 kg	Predial	Manutenção III	Sim	1	2			
21	Recarga de Extintor de dióxido de carbono CO ² para classe BC 4 kg	Predial	Manutenção III	Sim	1	5			
22	Recarga de Extintor de dióxido de carbono CO ² para classe BC 6 kg	Predial	Manutenção III	Sim	1	4			
23	Recarga de Extintor de pó químico seco classe ABC 4 kg	Veicular	Manutenção I e II	Sim	1	10			
24	Recarga de Extintor de pó químico seco classe BC 8 kg	Veicular	Manutenção I e II	Sim	1	8			
25	Recarga de Extintor de pó químico seco classe ABC 4 kg	Veicular	Manutenção III	Sim	1	5			
VALOR GLOBAL DO LOTE I									



LOTE 02 – EXTINTORES DE INCÊNDIO NOVOS									
ITEM	DESCRIÇÃO	USO	SERVIÇO OU AQUISIÇÃO	CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DO FABRICANTE JUNTO AO INMETRO	QUANT. MÍN.	QUANT. MÁX.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
1	Extintor de água pressurizada classe A 10 litros	Predial	Aquisição	Sim	1	6			
2	Extintor de pó químico seco classe BC 4 kg	Predial	Aquisição	Sim	1	6			
3	Extintor de pó químico seco classe BC 6 kg	Predial	Aquisição	Sim	1	6			
4	Extintor de pó químico seco classe BC 8 kg	Predial	Aquisição	Sim	1	6			
5	Extintor de pó químico seco classe BC 12 kg	Predial	Aquisição	Sim	1	6			
6	Extintor de pó químico seco classe ABC 4 kg	Predial	Aquisição	Sim	1	15			
7	Extintor de pó químico seco classe ABC 6 kg	Predial	Aquisição	Sim	1	5			
8	Extintor de pó químico seco classe ABC 8 kg	Predial	Aquisição	Sim	1	4			
9	Extintor de pó químico seco classe ABC 12 kg	Predial	Aquisição	Sim	1	2			
10	Extintor de dióxido de carbono CO ² para classe BC 4 kg	Predial	Aquisição	Sim	1	6			
11	Extintor de dióxido de carbono CO ² para classe BC 6 kg	Predial	Aquisição	Sim	1	6			
12	<p>Suporte de tripé com haste para extintor de incêndio de peso 4 à 12 Kg. Fabricado em chapa de aço com acabamento de pintura eletrostática vermelha com tratamento anticorrosivo, sendo fabricado de acordo com as normas ABNT</p>  <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	Predial	Aquisição	Não	1	15			

13	<p>Suporte de Parede para extintor de incêndio modelo universal em "L", fabricado em aço carbono cromado para extintor de 04 à 12 kg. Deve possuir furação e acompanhamento de dois parafusos e duas buchas número oito</p>  <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	Predial	Aquisição	Não	1	55				
VALOR GLOBAL DO LOTE II										

LOTE 03 – LUMINÁRIAS DE EMERGÊNCIA NOVAS									
ITEM	DESCRIÇÃO	USO	SERVIÇO	CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DO FABRICANTE JUNTO AO INMETRO	QUANT. MÍN.	QUANT. MÁX.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
1	<p>Luminária autônoma de emergência convencional com no mínimo 100 lumens e 30 LEDs, 2W, alto brilho, alimentação bivolt automática com bateria embutida, autonomia mínima de 6 horas, acendimento automático na falta de energia. O produto deve atender a NBR 10.898, demais normativas vigentes e exigências locais do Corpo de Bombeiros. Incluso kit completo de instalação com parafuso e bucha. Instalado conforme projeto. Fornecimento e instalação.</p>  <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	50			



2	<p>Luminária autônoma de emergência tipo bloco autônomo com no mínimo 2000 lúmens, 2 faróis de no mínimo 24 LEDs, direcionáveis em um ângulo de giro mínimo de 120º, alimentação bivolt automática, com bateria embutida, autonomia mínima de 6 horas. Acendimento Automático na falta de energia. O produto deve atender a NBR 10.898, demais normativas vigentes e exigências locais do Corpo de Bombeiros. Incluso kit completo de instalação com parafuso e bucha. Instalado conforme projeto. Fornecimento e instalação.</p>  <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	10			
VALOR GLOBAL DO LOTE III									



LOTE 04 – PLACAS DE SINALIZAÇÃO FOTOLUMINESCENTES NOVAS									
ITEM	DESCRIÇÃO	USO	SERVIÇO OU AQUISIÇÃO	CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DO FABRICANTE JUNTO AO INMETRO	QUANT. MÍN.	QUANT. MÁX.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
1	<p>Placa de sinalização de emergência - Sinalizador do agente extintor: fotoluminescente, atendendo as especificações da ABNT NBR 16820 e da RT CBMRS Nº12/2022, alta capacidade de radiação luminosa, dimensões 20cmx8 cm, em PVC rígido fotoluminescente, com superfície antiestática e de fácil limpeza, impressão por serigrafia, resistente aos raios UV, resistente fogo, não inflamável e autoextinguível,</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	100			


	<p>não radiotiva, isento de fósforo e chumbo; garantia de cinco (05) anos sem alteração das cores de impressão, com as seguintes especificações: Extintor de Pó ABC (N2), Extintor de pó BC (N5).</p>  <p>Imagem meramente ilustrativa</p>							
2	<p>Placa de sinalização de emergência - extintor de incêndio (E5): atendendo as especificações da ABNT NBR 16820 e da RT CBMRS Nº12/2022, alta capacidade de radiação luminosa, dimensões 20cmx20cm, em PVC rígido fotoluminescente, com superfície antiestática e de fácil limpeza, impressão por serigrafia, resistente aos raios UV, resistente fogo, não inflamável e autoextinguível, não radiotiva, isento de fósforo e chumbo; garantia de cinco (05) anos sem alteração das cores de impressão, forma quadrada, fundo vermelho, pictograma fotoluminescente.</p>  <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	100		
3	<p>Placa de sinalização de emergência - proibido fumar (P1): atendendo as especificações da ABNT NBR 16820 e da RT CBMRS Nº12/2022, alta capacidade de radiação luminosa, diâmetro 20cm, em PVC rígido fotoluminescente, com</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	20		

	<p>superfície antiestática e de fácil limpeza, impressão por serigrafia, resistente aos raios UV, resistente fogo, não inflamável e autoextinguível, não radiotiva, isento de fósforo e chumbo; garantia de cinco (05) anos sem alteração das cores de impressão, forma circular, fundo branco ou fotoluminescente, pictograma preto, faixa circular e barra diametral vermelha.</p>  <p>Imagem meramente ilustrativa</p>								
4	<p>Placa de sinalização de emergência - orientação do sentido da saída de emergência (S1 e S2): atendendo as especificações da ABNT NBR 16820 e da RT CBMRS Nº12/2022, alta capacidade de radiação luminosa, dimensões 30cmx15cm, em PVC rígido fotoluminescente, com superfície antiestática e de fácil limpeza, impressão por serigrafia, resistente aos raios UV, resistente fogo, não inflamável e autoextinguível, não radiotiva, isento de fósforo e chumbo; garantia de cinco (05) anos sem alteração das cores de impressão, forma retangular, fundo verde, pictograma fotoluminescente.</p> 	Predial	Aquisição	Sim	1	100			

	Imagem meramente ilustrativa								
5	<p>Placa de sinalização de emergência - saída de emergência (S12): atendendo as especificações da ABNT NBR 16820 e da RT CBMRS Nº12/2022, alta capacidade de radiação luminosa, dimensões 30cmx15cm, altura da letra > 65mm, em PVC rígido fotoluminescente, com superfície antiestática e de fácil limpeza, impressão por serigrafia, resistente aos raios UV, resistente fogo, não inflamável e autoextinguível, não radiotiva, isento de fósforo e chumbo; garantia de cinco (05) anos sem alteração das cores de impressão, forma retangular, fundo verde, pictograma e texto fotoluminescente.</p>  <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	50			
6	<p>Placa de sinalização de emergência - Cuidado, risco de incêndio (A2): atendendo as especificações da ABNT NBR 16820 e da RT CBMRS Nº12/2022, alta capacidade de radiação luminosa, base 30cm, em PVC rígido fotoluminescente, com superfície antiestática e de fácil limpeza, impressão por serigrafia, resistente aos raios UV, resistente fogo, não inflamável e autoextinguível, não radiotiva, isento de fósforo e chumbo; garantia de cinco (05) anos sem alteração das cores de impressão, forma triangular, fundo amarelo ou com retícula conforme ABNT NBR 16820, pictograma e faixa triangular preta.</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	20			

	 <p>Imagem meramente ilustrativa</p>								
7	<p>Placa de sinalização de emergência - Cuidado, risco de choque elétrico (A5): atendendo as especificações da ABNT NBR 16820 e da RT CBMRS Nº12/2022, alta capacidade de radiação luminosa, largura 30cm, em PVC rígido fotoluminescente, com superfície antiestática e de fácil limpeza, impressão por serigrafia, resistente aos raios UV, resistente fogo, não inflamável e autoextinguível, não radiotiva, isento de fósforo e chumbo; garantia de cinco (05) anos sem alteração das cores de impressão, forma triangular, fundo amarelo ou com retícula conforme ABNT NBR 16820, pictograma e faixa triangular preta.</p>  <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	20			
8	<p>Placa de sinalização de emergência - avisador sonoro do alarme de incêndio (E1): atendendo as especificações da ABNT NBR 16820 e da RT CBMRS Nº12/2022, alta capacidade de radiação luminosa, dimensões 20cmx20cm, em PVC rígido fotoluminescente, com superfície antiestática e de fácil limpeza, impressão por serigrafia, resistente aos raios UV, resistente fogo, não</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	20			

	<p>inflamável e autoextinguível, não radiotiva, isento de fósforo e chumbo; garantia de cinco (05) anos sem alteração das cores de impressão, forma quadrada, fundo vermelho, pictograma fotoluminescente.</p>  <p>Imagem meramente ilustrativa</p>								
9	<p>Placa de sinalização de emergência - acionador manual do alarme de incêndio (E2): atendendo as especificações da ABNT NBR 16820 e da RT CBMRS Nº12/2022, alta capacidade de radiação luminosa, dimensões 20cmx20cm, altura da letra > 65mm, em PVC rígido fotoluminescente, com superfície antiestática e de fácil limpeza, impressão por serigrafia, resistente aos raios UV, resistente fogo, não inflamável e autoextinguível, não radiotiva, isento de fósforo e chumbo; garantia de cinco (05) anos sem alteração das cores de impressão, forma quadrada, fundo vermelho, pictograma fotoluminescente, texto vermelho em fundo fotoluminescente.</p>  <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	20			
10	<p>Placa de sinalização de</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	3			

	<p>emergência - mangotinho (E6): atendendo as especificações da ABNT NBR 16820 e da RT CBMRS Nº12/2022, alta capacidade de radiação luminosa, dimensões 20cmx20cm, em PVC rígido fotoluminescente, com superfície antiestática e de fácil limpeza, impressão por serigrafia, resistente aos raios UV, resistente fogo, não inflamável e autoextinguível, não radiotiva, isento de fósforo e chumbo; garantia de cinco (05) anos sem alteração das cores de impressão, forma quadrada, fundo vermelho, pictograma fotoluminescente.</p>  <p>Imagem meramente ilustrativa</p>								
11	<p>Placa de sinalização de emergência - hidrante de incêndio (E8): atendendo as especificações da ABNT NBR 16820 e da RT CBMRS Nº12/2022, alta capacidade de radiação luminosa, dimensões 20cmx20cm, em PVC rígido fotoluminescente, com superfície antiestática e de fácil limpeza, impressão por serigrafia, resistente aos raios UV, resistente fogo, não inflamável e autoextinguível, não radiotiva, isento de fósforo e chumbo; garantia de cinco (05) anos sem alteração das cores de impressão, forma quadrada, fundo vermelho, pictograma fotoluminescente.</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	5			

1	<p>Central de alarme de incêndio: Topologia Classe B – 2 fios. Norma seguida NBR 17240. Sistema de atuação Endereçável Área supervisionável 1600 m² por laço. Memória das últimas ocorrências – Eventos 256 (alarmes) + 256 (falhas). Quantidade de laços da central (a 2 fios) 4. Dispositivos por laço 32 (2 fios). Dispositivos totais 128. Comprimento máximo do laço (até o último dispositivo) 1000 m. Tensão de alimentação 100 a 245 Vac – 60 Hz. Tensão de operação 21 a 27 Vdc. Corrente máxima saída relé 2 A. Consumo em bateria 1,3 W. Consumo máximo laço 45 mA. Corrente de carga da bateria (máx.) 24 Vdc 500 mA. Bateria PB – Seladas - 2 baterias 12 Vdc 2,2 Ah. Display LCD – 2 linhas de 16 caracteres Mecânicas. Chassi Plástico ABS.</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	5			
2	<p>Comando manual de alarme: Acionador manual de Alarme endereçável. Botoeira para acionamento de alarme tipo quebra Vidro. Produzida em Plástico ABS Antichama de alto Impacto na cor vermelha. Acionamento Automático através de botão Push--Botton. Acionamento manual através de chave reed. Swit (Ampola de vidro acionada por imã). Sistema de supervisão de estado de rede através de Led's Indicadores. Com martelo ABS com ponteiros metálicas com corrente para o rompimento do vidro. Placa resinada para proteção a umidade.</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	10			



PODER EXECUTIVO

NÃO-ME-TOQUE

CAPITAL NACIONAL DA AGRICULTURA DE PRECISÃO



3	Alarme sonoro: Indicador sonoro e visual para uso em alarmes de incêndio. Indicada para alarmes de Incêndio. Potência sonora: 15 dBA acima do nível médio do Som ambiente ou 5 dBA acima do nível máximo do som Ambiente, medidos a 3 m da fonte. Tensão de Alimentação: 220 V. Cor: Vermelho. Consumo: 25 mA/15 mA. Indicação visual com LEDs.	Predial	Aquisição	Sim	1	5			
4	Aquisição de mangueira de incêndio tipo 2 – 1 ^{1/2} ": confeccionada 100% em fio de poliéster de alta tenacidade, tecimento diagonal (tipo sarja), na cor branca com tubo interno de borracha sintética e dotada de uniões tipo storz, conforme Norma ABNT- NBR 11861. Dimensões: - Diâmetro: 1 ½"; - Comprimento: 30m.	Predial	Aquisição	Sim	1	15			
5	Chave dupla tipo Storz em latão engate rápido (1.1/2" x 2.1/2") (ABNT NBR 14349/1999 e 16021/2011)	Predial	Aquisição	Sim	1	5			
6	Teste hidrostático de mangueira de incêndio de acordo com ABNT NBR 12779	Predial	Serviço	Não	1	5			
7	Laudo de estanqueidade da central de GLP de acordo com ABNT NBR 15571	Predial	Serviço	Não	1	10			
VALOR GLOBAL DO LOTE V									

Declaro:

a) Declaro que a proposta é válida por 60 (sessenta) dias.

Não-Me-Toque/RS, ____ de ____ de 2026.

Assinatura do responsável legal pela empresa



ANEXO IV
MODELOS DE DECLARAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº ___/2026

_____, empresa brasileira, estabelecida na Rua _____ nº __, bairro _____, na cidade de _____/RS, inscrita no CNPJ nº _____, neste ato, representada pelo(a) Sr.(a) _____ inscrito(a) CPF _____, RG _____, vem **declarar** para fins de participação no Edital de Pregão Presencial nº ___/2026, **que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.**

_____, ____ de _____ de 2026.



MODELO DE DECLARAÇÕES

_____ inscrita no CNPJ n.º _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, **declara:**

- Para fins do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos
- Que não possui em cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- Conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- Que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- Que não possui em seu quadro societário servidor público ou da ativa no município de Nã-me-Toque, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, quando for o caso

_____, de _____ de 2026.

ANEXO V
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2026

Aos ___ dias do mês de ___ de 2026 o **MUNICÍPIO DE NÃO-ME-TOQUE**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 87.613.519/0001-23, com sede na Avenida Alto Jacuí, 840, Centro, na cidade de Não-Me-Toque/RS, representada neste ato pelo Vice-Prefeito no Exercício do Cargo de Prefeito Municipal, **Sr. GILSON DOS SANTOS**, doravante denominado de **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua _____, Bairro _____, na cidade de _____, CEP: _____, Telefone: _____, E-mail: _____ inscrita no CNPJ sob n.º _____, legalmente representada pelo Sr. _____, inscrito no CPF sob o n.º _____ e RG n.º _____ doravante denominada **DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** resolvem, com integral observância das normas: Lei Geral de Licitações n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores, e, ainda, pelas condições estabelecidas pelo edital e suas partes integrantes, FIRMAR A PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP, REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL acima referenciado e PREÇOS REGISTRADOS das respectivas propostas apresentadas, classificadas, aceitas/negociadas no certame, conforme as Cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o "**REGISTRO DE PREÇOS** para aquisições futuras de Extintores de Incêndio e as respectivas placas indicativas, luminárias de emergência, placas e itens de sinalização de prevenção de incêndio, bem como, a futura prestação dos serviços de manutenção níveis I, II e III, para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Não-Me-Toque/RS", de acordo com o Edital de Pregão Presencial nº 007/2026 e anexos.

1.2. A **GERENCIADORA DA ATA** não se obriga a contratar a quantidade total ou parcial do objeto adjudicado constante do Edital e da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇOS REGISTRADOS



2.1. A empresa detentora da ata terá os preços registrados da tabela abaixo, tendo sido o referido preço oferecido pela licitante cuja proposta foi classificada em 1º (primeiro) lugar.

2.2. Nos valores registrados, incluem-se todos e quaisquer materiais, encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, fretes, seguros e mão de obra.

LOTE 01 – RECARGA DE EXTINTORES DE INCÊNDIO									
ITEM	DESCRIÇÃO	USO	SERVIÇO OU AQUISIÇÃO	REGISTRO DA DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DO FORNECEDOR JUNTO AO INMETRO	QUANT. MÍN.	QUANT. MÁX.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
1	Recarga de Extintor de água pressurizada classe A 10 litros.	Predial	Manutenção I e II	Sim	1	30			
2	Recarga de Extintor de pó químico seco classe BC 4 kg.	Predial	Manutenção I e II	Sim	1	45			
3	Recarga de Extintor de pó químico seco classe BC 6 kg	Predial	Manutenção I e II	Sim	1	06			
4	Recarga de Extintor de pó químico seco classe BC 8 kg	Predial	Manutenção I e II	Sim	1	22			
5	Recarga de Extintor de pó	Predial	Manutenção	Sim	1	14			



	químico seco classe BC 12 kg		I e II					
6	Recarga de Extintor de pó químico seco classe ABC 4 kg	Predial	Manutenção I e II	Sim	1	150		
7	Recarga de Extintor de pó químico seco classe ABC 6 kg	Predial	Manutenção I e II	Sim	1	60		
8	Recarga de Extintor de pó químico seco classe ABC 8 kg	Predial	Manutenção I e II	Sim	1	20		
9	Recarga de Extintor de pó químico seco classe ABC 12 kg	Predial	Manutenção I e II	Sim	1	2		
10	Recarga de Extintor de dióxido de carbono CO ² para classe BC 4 kg	Predial	Manutenção I e II	Sim	1	10		
11	Recarga de Extintor de dióxido de carbono CO ² para classe BC 6 kg	Predial	Manutenção I e II	Sim	1	8		
12	Recarga de Extintor de água pressurizada classe A 10 litros.	Predial	Manutenção III	Sim	1	10		
13	Recarga de Extintor de pó químico seco classe BC 4 kg.	Predial	Manutenção III	Sim	1	15		
14	Recarga de Extintor de pó químico seco classe BC 6 kg	Predial	Manutenção III	Sim	1	5		
15	Recarga de Extintor de pó químico seco classe BC 8 kg	Predial	Manutenção III	Sim	1	6		
16	Recarga de Extintor de pó químico seco classe BC 12 kg	Predial	Manutenção III	Sim	1	5		
17	Recarga de Extintor de pó químico seco classe ABC 4 kg	Predial	Manutenção III	Sim	1	60		
18	Recarga de Extintor de pó químico seco classe ABC 6 kg	Predial	Manutenção III	Sim	1	40		
19	Recarga de Extintor de pó químico seco classe ABC 8 kg	Predial	Manutenção III	Sim	1	15		
20	Recarga de Extintor de pó químico seco classe ABC 12 kg	Predial	Manutenção III	Sim	1	2		
21	Recarga de Extintor de dióxido de carbono CO ² para classe BC 4 kg	Predial	Manutenção III	Sim	1	5		
22	Recarga de Extintor de dióxido de carbono CO ² para classe BC 6 kg	Predial	Manutenção III	Sim	1	4		
23	Recarga de Extintor de pó químico seco classe ABC 4	Veicular	Manutenção I e II	Sim	1	10		

	kg								
24	Recarga de Extintor de pó químico seco classe BC 8 kg	Veicular	Manutenção I e II	Sim	1	8			
25	Recarga de Extintor de pó químico seco classe ABC 4 kg	Veicular	Manutenção III	Sim	1	5			
VALOR GLOBAL DO LOTE I									
LOTE 02 – EXTINTORES DE INCÊNDIO NOVOS									
ITEM	DESCRIÇÃO	USO	SERVIÇO OU AQUISIÇÃO	CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DO FABRICANTE JUNTO AO INMETRO	QUANT. MÍN.	QUANT. MÁX.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
1	Extintor de água pressurizada classe A 10 litros	Predial	Aquisição	Sim	1	6			
2	Extintor de pó químico seco classe BC 4 kg	Predial	Aquisição	Sim	1	6			
3	Extintor de pó químico seco classe BC 6 kg	Predial	Aquisição	Sim	1	6			
4	Extintor de pó químico seco classe BC 8 kg	Predial	Aquisição	Sim	1	6			
5	Extintor de pó químico seco classe BC 12 kg	Predial	Aquisição	Sim	1	6			
6	Extintor de pó químico seco classe ABC 4 kg	Predial	Aquisição	Sim	1	15			
7	Extintor de pó químico seco classe ABC 6 kg	Predial	Aquisição	Sim	1	5			
8	Extintor de pó químico seco classe ABC 8 kg	Predial	Aquisição	Sim	1	4			
9	Extintor de pó químico seco classe ABC 12 kg	Predial	Aquisição	Sim	1	2			
10	Extintor de dióxido de carbono CO ² para classe BC 4 kg	Predial	Aquisição	Sim	1	6			
11	Extintor de dióxido de carbono CO ² para classe BC 6 kg	Predial	Aquisição	Sim	1	6			
12	Suporte de tripé com haste para extintor de incêndio de peso 4 à 12 Kg. Fabricado em chapa de aço com acabamento de pintura eletrostática vermelha com tratamento anticorrosivo, sendo fabricado de acordo com as normas ABNT	Predial	Aquisição	Não	1	15			



									
	Imagem meramente ilustrativa								
13	<p>Suporte de Parede para extintor de incêndio modelo universal em "L", fabricado em aço carbono cromado para extintor de 04 à 12 kg. Deve possuir furação e acompanhamento de dois parafusos e duas buchas número oito</p>  <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	Predial	Aquisição	Não	1	55			
VALOR GLOBAL DO LOTE II									



LOTE 03 – LUMINÁRIAS DE EMERGÊNCIA NOVAS

ITEM	DESCRIÇÃO	USO	SERVIÇO	CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DO FABRICANTE JUNTO AO INMETRO	QUANT. MÍN.	QUANT. MÁX.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
1	Luminária autônoma de emergência convencional com no mínimo 100 lumens e 30 LEDs, 2W, alto brilho, alimentação bivolt automática com bateria embutida, autonomia mínima de 6 horas, acendimento automático na falta de energia. O produto deve atender a NBR 10.898, demais normativas vigentes e exigências locais do Corpo de Bombeiros. Incluso kit completo de instalação com parafuso e bucha. Instalado conforme projeto. Fornecimento e instalação.	Predial	Aquisição	Sim	1	50			



									
	Imagem meramente ilustrativa								
2	<p>Luminária autônoma de emergência tipo bloco autônomo com no mínimo 2000 lúmens, 2 faróis de no mínimo 24 LEDs, direcionáveis em um ângulo de giro mínimo de 120º, alimentação bivolt automática, com bateria embutida, autonomia mínima de 6 horas. Acendimento Automático na falta de energia. O produto deve atender a NBR 10.898, demais normativas vigentes e exigências locais do Corpo de Bombeiros. Incluso kit completo de instalação com parafuso e bucha. Instalado conforme projeto. Fornecimento e instalação.</p>  <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	10			
VALOR GLOBAL DO LOTE III									



LOTE 04 – PLACAS DE SINALIZAÇÃO FOTOLUMINESCENTES NOVAS									
ITEM	DESCRIÇÃO	USO	SERVIÇO OU AQUISIÇÃO	CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DO FABRICANTE JUNTO AO INMETRO	QUANT. MÍN.	QUANT. MÁX.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
1	Placa de sinalização de emergência - Sinalizador do agente extintor: fotoluminescente, atendendo as especificações da ABNT NBR 16820 e da RT CBMRS Nº12/2022, alta capacidade de radiação luminosa, dimensões 20cmx8 cm, em PVC rígido fotoluminescente,	Predial	Aquisição	Sim	1	100			



	<p>com superfície antiestática e de fácil limpeza, impressão por serigrafia, resistente aos raios UV, resistente fogo, não inflamável e autoextinguível, não radiotiva, isento de fósforo e chumbo; garantia de cinco (05) anos sem alteração das cores de impressão, com as seguintes especificações: Extintor de Pó ABC (N2), Extintor de pó BC (N5).</p>  <p>Imagem meramente ilustrativa</p>							
2	<p>Placa de sinalização de emergência - extintor de incêndio (E5): atendendo as especificações da ABNT NBR 16820 e da RT CBMRS Nº12/2022, alta capacidade de radiação luminosa, dimensões 20cmx20cm, em PVC rígido fotoluminescente, com superfície antiestática e de fácil limpeza, impressão por serigrafia, resistente aos raios UV, resistente fogo, não inflamável e autoextinguível, não radiotiva, isento de fósforo e chumbo; garantia de cinco (05) anos sem alteração das cores de impressão, forma quadrada, fundo vermelho, pictograma fotoluminescente.</p>  <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	100		
3	<p>Placa de sinalização de emergência - proibido fumar (P1): atendendo as especificações da ABNT NBR 16820 e da RT CBMRS</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	20		

<p>Nº12/2022, alta capacidade de radiação luminosa, diâmetro 20cm, em PVC rígido fotoluminescente, com superfície antiestática e de fácil limpeza, impressão por serigrafia, resistente aos raios UV, resistente fogo, não inflamável e autoextinguível, não radiotiva, isento de fósforo e chumbo; garantia de cinco (05) anos sem alteração das cores de impressão, forma circular, fundo branco ou fotoluminescente, pictograma preto, faixa circular e barra diametral vermelha.</p>  <p>Imagem meramente ilustrativa</p>								
<p>4 Placa de sinalização de emergência - orientação do sentido da saída de emergência (S1 e S2): atendendo as especificações da ABNT NBR 16820 e da RT CBMRS Nº12/2022, alta capacidade de radiação luminosa, dimensões 30cmx15cm, em PVC rígido fotoluminescente, com superfície antiestática e de fácil limpeza, impressão por serigrafia, resistente aos raios UV, resistente fogo, não inflamável e autoextinguível, não radiotiva, isento de fósforo e chumbo; garantia de cinco (05) anos sem alteração das cores de impressão, forma retangular, fundo verde, pictograma fotoluminescente.</p> 	Predial	Aquisição	Sim	1	100			

	 <p>Imagem meramente ilustrativa</p>							
5	<p>Placa de sinalização de emergência - saída de emergência (S12): atendendo as especificações da ABNT NBR 16820 e da RT CBMRS Nº12/2022, alta capacidade de radiação luminosa, dimensões 30cmx15cm, altura da letra > 65mm, em PVC rígido fotoluminescente, com superfície antiestática e de fácil limpeza, impressão por serigrafia, resistente aos raios UV, resistente fogo, não inflamável e autoextinguível, não radiotiva, isento de fósforo e chumbo; garantia de cinco (05) anos sem alteração das cores de impressão, forma retangular, fundo verde, pictograma e texto fotoluminescente.</p>  <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	50		
6	<p>Placa de sinalização de emergência - Cuidado, risco de incêndio (A2): atendendo as especificações da ABNT NBR 16820 e da RT CBMRS Nº12/2022, alta capacidade de radiação luminosa, base 30cm, em PVC rígido fotoluminescente, com superfície antiestática e de fácil limpeza, impressão por serigrafia, resistente aos raios UV, resistente fogo, não inflamável e autoextinguível, não radiotiva, isento de fósforo e chumbo; garantia de cinco (05) anos sem alteração das cores de impressão, forma triangular, fundo amarelo ou com retícula conforme ABNT NBR 16820, pictograma e faixa triangular preta.</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	20		

	 <p>Imagem meramente ilustrativa</p>								
7	<p>Placa de sinalização de emergência - Cuidado, risco de choque elétrico (A5): atendendo as especificações da ABNT NBR 16820 e da RT CBMRS Nº12/2022, alta capacidade de radiação luminosa, largura 30cm, em PVC rígido fotoluminescente, com superfície antiestática e de fácil limpeza, impressão por serigrafia, resistente aos raios UV, resistente fogo, não inflamável e autoextinguível, não radiotiva, isento de fósforo e chumbo; garantia de cinco (05) anos sem alteração das cores de impressão, forma triangular, fundo amarelo ou com retícula conforme ABNT NBR 16820, pictograma e faixa triangular preta.</p>  <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	20			
8	<p>Placa de sinalização de emergência - avisador sonoro do alarme de incêndio (E1): atendendo as especificações da ABNT NBR 16820 e da RT CBMRS Nº12/2022, alta capacidade de radiação luminosa, dimensões 20cmx20cm, em PVC rígido fotoluminescente, com superfície antiestática e de fácil limpeza, impressão por serigrafia, resistente aos raios UV, resistente fogo, não inflamável e autoextinguível, não radiotiva, isento de</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	20			

	<p>fósforo e chumbo; garantia de cinco (05) anos sem alteração das cores de impressão, forma quadrada, fundo vermelho, pictograma fotoluminescente.</p>  <p>Imagem meramente ilustrativa</p>							
9	<p>Placa de sinalização de emergência - acionador manual do alarme de incêndio (E2): atendendo as especificações da ABNT NBR 16820 e da RT CBMRS Nº12/2022, alta capacidade de radiação luminosa, dimensões 20cmx20cm, altura da letra > 65mm, em PVC rígido fotoluminescente, com superfície antiestática e de fácil limpeza, impressão por serigrafia, resistente aos raios UV, resistente fogo, não inflamável e autoextinguível, não radiotiva, isento de fósforo e chumbo; garantia de cinco (05) anos sem alteração das cores de impressão, forma quadrada, fundo vermelho, pictograma fotoluminescente, texto vermelho em fundo fotoluminescente.</p>  <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	20		
10	<p>Placa de sinalização de emergência - mangotinho (E6): atendendo as especificações da ABNT NBR 16820 e da RT CBMRS Nº12/2022, alta capacidade</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	3		

	<p>de radiação luminosa, dimensões 20cmx20cm, em PVC rígido fotoluminescente, com superfície antiestática e de fácil limpeza, impressão por serigrafia, resistente aos raios UV, resistente fogo, não inflamável e autoextinguível, não radiotiva, isento de fósforo e chumbo; garantia de cinco (05) anos sem alteração das cores de impressão, forma quadrada, fundo vermelho, pictograma fotoluminescente.</p>  <p>Imagem meramente ilustrativa</p>							
11	<p>Placa de sinalização de emergência - hidrante de incêndio (E8): atendendo as especificações da ABNT NBR 16820 e da RT CBMRS Nº12/2022, alta capacidade de radiação luminosa, dimensões 20cmx20cm, em PVC rígido fotoluminescente, com superfície antiestática e de fácil limpeza, impressão por serigrafia, resistente aos raios UV, resistente fogo, não inflamável e autoextinguível, não radiotiva, isento de fósforo e chumbo; garantia de cinco (05) anos sem alteração das cores de impressão, forma quadrada, fundo vermelho, pictograma fotoluminescente.</p>  <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	5		
12	<p>Placa de sinalização de emergência - indicação de lotação máxima (C1): atendendo as especificações da ABNT NBR 16820 e da RT CBMRS Nº12/2022, alta</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	10		

<p>capacidade de radiação luminosa, dimensões 30cmx15cm, altura da letra > 30mm, em PVC rígido fotoluminescente, com superfície antiestática e de fácil limpeza, impressão por serigrafia, resistente aos raios UV, resistente fogo, não inflamável e autoextinguível, não radiotiva, isento de fósforo e chumbo; garantia de cinco (05) anos sem alteração das cores de impressão, forma retangular, fundo verde, texto branco ou fotoluminescente. Serão solicitadas placas diferentes para cada edificação.</p> <div data-bbox="296 869 568 1003" style="background-color: #004d00; color: white; padding: 5px; text-align: center;"> <p>LOTAÇÃO MÁXIMA 300 PESSOAS</p> </div> <p>Imagem meramente ilustrativa</p>								
VALOR GLOBAL DO LOTE IV								

LOTE 05 – ALARMES, HIDRANTE E CENTRAL DE GÁS									
ITEM	DESCRIÇÃO	USO	SERVIÇO OU AQUISIÇÃO	CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DO FABRICANTE JUNTO AO INMETRO ou CERTIFICADO INTERNACIONAL EQUIVALENTE	QUANT. MÍN.	QUANT. MÁX.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
1	<p>Central de alarme de incêndio: Topologia Classe B – 2 fios. Norma seguida NBR 17240. Sistema de atuação Endereçável Área supervisionável 1600 m² por laço. Memória das últimas ocorrências – Eventos 256 (alarmes) + 256 (falhas). Quantidade de laços da central (a 2 fios) 4. Dispositivos por laço 32 (2 fios). Dispositivos totais 128. Comprimento máximo do laço (até o último dispositivo) 1000 m. Tensão de alimentação 100 a 245 Vac – 60 Hz. Tensão de operação 21 a 27 Vdc. Corrente máxima saída relé 2 A. Consumo em bateria 1,3 W. Consumo máximo laço 45 mA. Corrente de carga da bateria (máx.) 24 Vdc 500</p>	Predial	Aquisição	Sim	1	5			

	mA. Bateria PB – Seladas - 2 baterias 12 Vdc 2,2 Ah. Display LCD – 2 linhas de 16 caracteres Mecânicas. Chassi Plástico ABS.							
2	Comando manual de alarme: Acionador manual de Alarme endereçável. Botoeira para acionamento de alarme tipo quebra Vidro. Produzida em Plástico ABS Antichama de alto Impacto na cor vermelha. Acionamento Automático através de botão Push--Botton. Acionamento manual através de chave reed. Swit (Ampola de vidro acionada por imã). Sistema de supervisão de estado de rede através de Led's Indicadores. Com martelo ABS com ponteiros metálicas com corrente para o rompimento do vidro. Placa resinada para proteção a umidade.	Predial	Aquisição	Sim	1	10		
3	Alarme sonoro: Indicador sonoro e visual para uso em alarmes de incêndio. Indicada para alarmes de Incêndio. Potência sonora: 15 dBA acima do nível médio do Som ambiente ou 5 dBA acima do nível máximo do som Ambiente, medidos a 3 m da fonte. Tensão de Alimentação: 220 V. Cor: Vermelho. Consumo: 25 mA/15 mA. Indicação visual com LEDS.	Predial	Aquisição	Sim	1	5		
4	Aquisição de mangueira de incêndio tipo 2 – 1 ¹ / ₂ ": confeccionada 100% em fio de poliéster de alta tenacidade, tecimento diagonal (tipo sarja), na cor branca com tubo interno de borracha sintética e dotada de uniões tipo storz, conforme Norma ABNT- NBR 11861. Dimensões: - Diâmetro: 1 ½"; - Comprimento: 30m.	Predial	Aquisição	Sim	1	15		
5	Chave dupla tipo Storz em latão engate rápido (1.1/2" x 2.1/2") (ABNT NBR 14349/1999 e 16021/2011)	Predial	Aquisição	Sim	1	5		

6	Teste hidrostático de mangueira de incêndio de acordo com ABNT NBR 12779	Predial	Serviço	Não	1	5			
7	Laudo de estanqueidade da central de GLP de acordo com ABNT NBR 15571	Predial	Serviço	Não	1	10			
VALOR GLOBAL DO LOTE V									

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PEDIDO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

3.1. As **secretarias/almoxarifados** solicitarão os materiais/serviços conforme necessidade, através da Ordem de Compra ou nota de empenho via e-mail ou mensagem de WhatsApp à **CONTRATADA**.

3.2. Juntamente com a Ordem de Compra, serão enviados o endereço e o nome do responsável para recebimento das mercadorias. Os possíveis endereços de entrega serão, conforme tabela abaixo:

LOCAL	ENDEREÇO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Secretaria Municipal de Educação	Av. Dr. Waldomiro Graeff, 990 - Centro. Tel.: 54-3332-3388/4090
EMEI Arlindo Hermes	Rua Max Arnaldo Sebastiani, 190 - Bairro Arlindo Hermes. Tel.: 54-3332-5238
EMEI Ciranda da Alegria	Av. Guilherme Augustin, 235 - Centro. Tel.: 54-3332-5237
EMEI Infância Feliz	Rua Mário Quintana, 267 - Bairro Alfredo Alzírrio Roos. Tel.: 54-3332-3768
EMEI Pequeno Polegar	Rua Pinheiro Machado, 568 - Bairro Martini. Tel.: 54-3332-3363
EMEF Amália Kerber	Distrito São José do Centro. Tel.: 54-3332-8063
EMEF Carlos Gomes	Localidade Bom Sucesso. Tel.: 54- 9 9170-1408
EMEF Ernesto João Cardoso	Av. Guilherme Augustin, 1000 - Bairro Viau. Tel.: 54-3332-5283
EMEF Nossa Senhora de Lourdes	Av. Brasília, 120 - Bairro Industrial. Tel.: 54-3332-5596
EMEF Santo Antônio	Rua Alferes Rodrigo, 920 - Bairro Santo Antônio. Tel.: 54-3332-5597
EMEF Waldomiro Graciano	Rua São Vicente de Paulo, 415 - Bairro Jardim. Tel.: 54-3332-4103
EMEI Dirce Erpen	Rua Atalbio da Luz, nº 21, Bairro Jardim. Tel.: 54 3332-3388
ECMEF Prof. Iraldo A. Borgueti	Rua Castro Alves, 1200, Bairro Vila Nova.
GINÁSIO DE ESPORTES SANTO ANTÔNIO	Rua Carazinho, 315 – Bairro Santo Antônio
GINÁSIO DE ESPORTES INDUSTRIAL	Av. Brasília – Bairro Industrial
GINÁSIO DE ESPORTES JARDIM	Rua São Vicente de Paulo, 415 – Fundos – Bairro Jardim
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Rua Fernando Sturm, 172 – Centro. Tel.: 54 3332-1233
ABRIGO INSTITUCIONAL	Rua Fernando Sturm, 448 - Centro
CRAS	Rua Fernando Sturm, 172 – Centro
CREAS	Rua Cel. Alberto Schmitt, 99 - Centro
CENTRO DE GERAÇÃO DE RENDA	Rua Fernando Sturm, 172 – Centro
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
CENTRO ADMINISTRATIVO	Avenida Alto Jacui, 840 – Centro. Tel.: 54 3332-2600
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
Secretaria De Saúde	Rua Dr. Liberato Salzano, nº 293, Bairro Centro
Unidade Basica de Saude Central	Av Waldomiro Graeff Nº1617, Bairro Centro
Unidade Basica de Saude Bairro Jardim	Rua Tancredo Neves Nº 99, Bairro Jardim

Unidade Basica de Saude Bairro Industrial	Av. Brasília Nº 132, Bairro Industrial
Unidade Basica de Saude Bairro Martini	Rua Victor Graeff Nº 566, Bairro Martini
Unidade Basicade Saude Bairro Viau	Rua Emilio Favaretto Nº96, Bairro Viau
Unidade Basica de Saude Bairro Santo Antonio	Rua Venancio Aires Nº 773, Bairro Santo Antonio
Centro de Apoio/Laboratório	Av. Coronel Alberto Schimtt, Nº 99 Centro
Posto São José do Centro	Avenida Emilio Kerber, 624 – São José do Centro
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SANEAMENTO	
Parque de Máquinas	Avenida Guilherme Augustin, nº 1166, Bairro Viau
Central De Triagem de Resíduos da Construção Civil	Localidade de São José do Centro
Praça Central	
Praça Cohab	
Vias Urbanas	
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, AGROPECUÁRIO E LAZER	
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agropecuário e Lazer	Av. Dr. Waldomiro Graeff, nº 1704, com Martin, Rousara ou Magnólia, contato (54) 3332-3177.
Feira do Produtor	Av. Waldomiro Graeff junto ao Estádio Waldomiro Graeff
Cetep - Centro de Educação Técnico Profissionalizante	Rua Senador Salgado Filho, nº 1275, Bairro Vila Nova (junto com o SENAI).
Centro de Informações Turísticas	Av. Dr. Waldomiro Graeff esquina com Av. Alto Jacuí
Casa da Cultura Dr. Otto Sthal	Rua Cel. Alberto Scmitt, 518
Ginásio de Esportes Arlindo Hermes	Rua Prof. Antônio Castanho da Rocha – Bairro Arlindo Hermes
Ginásio de Esportes do Assentamento	RS 142 – próximo ao Abatedouro Municipal
Ginásio Poliesportivo Harry Alberto Erpen	Rua Padre Valentin Rumpel esquina com Capitão João Viau
Estádio Municipal Dr. Waldomiro Graeff	Av. Dr. Waldomiro Graeff
Quadra de Esportes Reinoldo Kissmann	Rua Caldas Junior
Biblioteca Municipal	Av. Dr. Waldomiro Graeff, nº 1704 - Centro

3.2.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços poderão ser acrescentados ou excluídos locais para prestação de serviço, de acordo com a necessidade do Município.

3.3. Devem-se observar os horários de entrega, sendo de segunda a sexta-feira no turno da manhã: 8h15min às 11h30min e no turno da tarde: 13h30min às 17h. Após o horário não serão recebidas as mercadorias, ficando de responsabilidade da CONTRATADA o retorno para sua efetivação.

3.4. A **CONTRATADA** deverá entregar dos materiais e serviços solicitados através da Ordem de Compra ou Nota de empenho no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contando-se o prazo a partir do recebimento da Ordem de Compra.

3.4.1. O prazo que trata o item 3.4 poderá ser prorrogado uma única vez, pelo prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, desde que requerido pela contratada, devidamente justificado e aceito pela contratante.

3.5. A **CONTRATADA** deverá entregar os materiais e serviços diretamente em cada secretaria, sendo que os mesmos deverão ser carregados e descarregados por funcionários da empresa **CONTRATADA** ou terceirizada pela mesma.

3.6. Correrão por conta da **CONTRATADA** as despesas de embalagem, seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

3.7. Correrão por conta da **CONTRATADA** as despesas de transporte decorrentes do fornecimento.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E RECEBIMENTO DEFINITIVO

- 4.1.** O objeto contratado será recebido provisoriamente pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços contratados, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência (ANEXO I) e na proposta.
- 4.2.** A entrega poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 4.3.** O recebimento definitivo ocorrerá de forma tácita 10 (dez) dias corridos, após o recebimento provisório, após a verificação da qualidade do serviço executado e consequente aceitação.
- 4.5.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pelo fornecimento do objeto licitado, nem a ético-profissional pela perfeita execução deste objeto.

CLÁUSULA QUINTA - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 5.1.** Esta Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses **a contar de ___ de _____ de 2026**, podendo ser prorrogada na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 de 1 de abril de 2021.
- 5.1.1.** Em caso de prorrogação da vigência da presente Ata de Registro de Preços, os quantitativos registrados nesta serão automaticamente renovados na mesma proporção originalmente pactuadas, salvo manifestação expressa em contrário por qualquer das partes.
- 5.2.** A Ata de Registro de Preços referente ao Pregão Eletrônico supracitado, terá seu extrato publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e a sua íntegra após assinada e homologada, e será disponibilizada no sítio oficial desta Municipalidade.
- 5.3.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

- 6.1.** O pagamento será efetuado após a apresentação da Nota Fiscal detalhando o objeto fornecido, com o devido recebimento e a aprovação do gestor e fiscal do serviço, de acordo com o empenho, por meio de depósito bancário, conforme ordem cronológica de pagamentos obedecendo a exigibilidade do crédito conforme Decreto nº 106/2016 de 25 de Maio de 2016, e alterações posteriores.
- 6.2.** Será obrigatório constar no corpo de cada Nota Fiscal emitida, em local de fácil visualização, a indicação do contrato administrativo e da ordem de compra ou nota de empenho, bem como dados bancários para depósito, a fim de se acelerar o trâmite do documento fiscal para pagamento.
- 6.3.** No pagamento serão retidas do valor da contratação todas as retenções previdenciárias, impostos e taxas permitidos na Lei.
- 6.4.** Na hipótese da licitante ser optante do SIMPLES, a empresa deverá informar através de declaração ou na Nota Fiscal a alíquota de ISSQN a ser recolhido.
- 6.5.** A CONTRATADA deverá fornecer os dados bancários para o pagamento, tais como banco, agência, conta corrente da empresa.
- 6.6. Na nota fiscal, recibo ou documento equivalente é obrigatório que a CONTRATADA informe o valor de retenção do IRRF da prestação de serviços realizadas para o Município de Não-Me-Toque (RS), conforme disposto na IN RFB nº 1.234/2012, a fim de viabilizar o cumprimento do art. 1º do Decreto Municipal nº 83/2022 de 23 de fevereiro de 2022.**
- 6.7.** A **CONTRATADA** deverá fornecer os dados bancários para o pagamento, tais como banco, agência, conta corrente da empresa.
- 6.8.** Os pagamentos serão realizados desde que não haja fato impeditivo pela Detentora da Ata, conforme preconiza o Art. 14 da Lei nº 14.133/2021, de 1 de abril de 2021.
- 6.9.** Nenhum pagamento será efetuado à Detentora da Ata enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, que

poderá ser compensada com o(s) pagamento(s) pendente(s), sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

6.10. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar o recebimento do objeto solicitado.

6.11. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, nos termos do Art. 90, §21 da Lei no 14.133/2021, onde o fiscal e gestor serão os responsáveis pela verificação da regularidade da contratada.

6.11.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

6.12. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.14. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada ampla defesa.

6.15. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA SÉTIMA - ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

7.2. Os valores registrados na Ata de Registro de Preços são fixos e irredutíveis, pelo período de 12 (doze) meses a partir da data do orçamento estimado, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro desta Ata, mediante requerimento e justificativa expressos do Detentor e comprovação documental, decorrente de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na legislação.

7.3. O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.

7.4. Quando o valor registrado se tornar inferior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

7.4.1. Os fornecedores que não aceitarem readequar seus valores propostos aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

7.5. Se ocorrer de o preço de mercado tornar-se inferior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o Órgão gerenciador poderá:

a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de execução, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

b) Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

7.6. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão gerenciador deverá proceder a revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.7. O registro do fornecedor será cancelado mediante formalização por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando o fornecedor:

a) Descumprir as condições da ata de registro de preços;

b) Não retirar a ordem de compra, nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar aumentar o valor registrado na hipótese deste se tornar inferior àqueles praticados no mercado;

d) Sofrer sanção prevista no art. 156 incisos I ao IV da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

7.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) Por razão de interesse público;

b) A pedido do fornecedor.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENDORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes nesta ata de registro de preços, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

a) Entregar os extintores de incêndio ou a recarga dos extintores de incêndio e demais materiais de sinalização, conforme especificações e exigências, prazo e local constantes no Termo de Referência (Anexo II), acompanhado da respectiva nota fiscal;

b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

c) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 2 (dois) dias corridos que antecedem a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

d) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

e) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

f) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na Ata de Registro de Preços;

g) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução da Ata de Registro de Preços;

h) Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da contratante;

i) Fornecer os materiais e serviços no prazo estabelecido, informando em tempo hábil qualquer motivo que impossibilite assumir o estabelecido;

j) Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade do material ou serviço, reservando à contratante o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados;

k) Atender, de imediato, às solicitações relativas à substituição, reposição ou troca do equipamento que não atenda ao especificado;

l) Quando for o caso, comunicar imediatamente à contratante qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

m) Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes do fornecimento dos materiais ou serviços, seja por vício de fabricação ou por ação ou omissão de seus empregados;

- n)** Corrigir, remover, substituir, desfazer e refazer, prioritária e exclusivamente, à sua custa e risco, num prazo de no máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente, quaisquer vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas e imperfeições nos produtos, decorrentes de culpa da empresa fornecedora e dentro das especificações do fabricante. A CONTRATANTE poderá rejeitar o material ou serviço no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, caso constatadas irregularidades no atendimento às especificações;
- o)** Na constatação de defeitos de fabricação, não detectados quando da entrega, ficará a CONTRATADA responsável pela troca do produto, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;
- p)** É vedado à CONTRATADA transferir, no todo ou em parte, as obrigações da Ata de Registro de Preços;
- q)** Os materiais deverão ser transportados e entregues protegidos contra fatores externos que possam causar danos, comprometendo seu estado, qualidade e utilização;
- r)** Responsabilizar-se pela completa entrega dos materiais, inclusive pela retirada, quando constatadas quaisquer impropriedades nos mesmos;
- s)** Responsabilizar-se, integralmente, pelos seus empregados alocados na execução do objeto do contrato, arcando com todos os custos, salários, transporte, refeição, verbas legais, trabalhistas, fundiárias ou de qualquer natureza, nos termos da legislação vigente;
- t)** A CONTRATANTE rejeitará os fornecimentos executados em desacordo com o disposto neste Termo de Referência. Se, mesmo após o recebimento definitivo, constatar-se que os fornecimentos foram executados em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, os responsáveis da CONTRATANTE notificarão a empresa fornecedora para que a mesma providencie a correção necessária dentro dos prazos de recebimento;
- u)** As despesas de transporte decorrentes do fornecimento dos materiais e serviços serão de responsabilidade da CONTRATADA; e
- v)** A CONTRATADA deverá manter seu cadastro atualizado junto à Prefeitura Municipal de Não-Me-Toque, especialmente os dados para contato como endereço, e-mail e telefone, visando o recebimento de ordens de compra, notas de empenho, dúvidas, avisos e notificações, a qual ficará obrigada a comunicar ao Setor de Cadastro qualquer alteração.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

- a)** Requisitar a entrega dos extintores de incêndio ou a recarga dos extintores de incêndio e demais materiais de sinalização à CONTRATADA, através da Ordem de Compra ou Nota de Empenho;
- b)** Conferir os extintores de incêndio ou a recarga dos extintores de incêndio, embora a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento nas condições especificadas no Termo de Referência (Anexo II);
- c)** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes no Termo de Referência, Edital e proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- d)** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- e)** Notificar a contratada sempre que o equipamento apresentar falhas em seu funcionamento, durante a garantia dos extintores e demais materiais de sinalização;
- f)** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- g)** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência;

- h)** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- i)** Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências previstas nesta ata;
- j)** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada viabilizando a boa execução do objeto contratado;
- k)** Proporcionar à contratada as condições para que possa fornecer os materiais e serviços dentro das normas estabelecidas;
- l)** Gerenciar e fiscalizar a execução desta Ata de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021;
- m)** Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada/Detentora sobre as irregularidades observadas no cumprimento desta Ata;
- n)** Notificar a Fornecedora/Detentora por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- o)** Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;
- p)** Prestar à contratada todos os esclarecimentos necessários à execução da Ata de Registro de Preço;
- q)** Comprometer-se a proteger os dados pessoais acessados durante a execução contratual e cumprir a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A Ata de Registro de Preço poderá ser rescindida de pleno direito:

10.1.1. Pela Administração independentemente de interpelação judicial, precedido de processo administrativo com ampla defesa, quando:

- a)** A Detentora não cumprir as obrigações constantes da Ata de Registro de Preços;
- b)** A Detentora não formalizar a Ata de Registro de Preços decorrente ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;
- c)** A Detentora der causa à rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços;
- d)** Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços;
- e)** Por razões de interesse público, devidamente justificado pela administração;
- f)** No caso de falência ou instauração de insolvência e dissolução da sociedade da empresa Detentora;
- g)** Caso ocorra transferência a terceiros, ainda que em parte, das obrigações assumidas pela empresa detentora;
- h)** Caso não seja assinada a Ata de Registro de Preço no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da convocação, podendo ser prorrogado uma vez, desde que solicitado por escrito, antes do término previsto, e com exposição de motivo justo que poderá ser aceito ou não pela Administração;
- i)** A Licitante que convocada para assinar o documento deixar de fazê-lo no prazo fixado acima será excluída.

10.1.2. Pela Detentora da Ata de Registro de Preços quando:

- a)** Mediante solicitação escrita, comprovar a ocorrência de caso fortuito ou força maior;
- b)** A solicitação da Detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ocorrer antes do pedido de entrega dos produtos por esta Municipalidade;
- c)** A inexecução total ou parcial das obrigações pactuadas na presente Ata de Registro de Preços enseja a rescisão do objeto, unilateralmente pela Administração, ou bilateralmente, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou no Ato Convocatório, mediante formalização e assegurados o contraditório e a ampla defesa, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, contudo, sempre atendida a conveniência administrativa.
- d)** Poderá ainda ser rescindido por mútuo consentimento, ou unilateralmente pela Administração, a qualquer tempo, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias à detentora, por motivo de interesse

público e demais hipóteses previstas na Lei, ou ainda, judicialmente, nos termos da legislação pertinente.

d.1) Da rescisão procedida com base nesta cláusula não incidirá multa ou indenização de qualquer natureza.

10.2. A comunicação do cancelamento do desconto registrado, nos casos previstos em Lei, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao Registro de Preços;

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GERENCIAMENTO E OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

11.1. O Órgão Gerenciador desta Ata de Registro de Preços será o Município de Não-Me-Toque/RS, através do Setor de Almoxarifado da Secretaria Municipal de Administração e Secretaria Municipal de Educação.

11.2. São obrigações do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, dentre a prática de todos os atos de controle e administração da ARP, as seguintes obrigações:

a) Gerenciar a presente ata, indicando sempre que solicitado, o nome do detentor da ata, o preço e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

b) Observar que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

c) Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

d) Acompanhar a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.

e) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

f) Consultar o detentor da ata registrada (observando a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer os materiais a outro(s) órgão da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente Ata.

g) Fiscalizar o bom atendimento das entregas e da qualidade dos produtos, através de Servidor designado para tal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO

12.1. Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

12.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

12.4. O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

12.5. O Gestor e o Fiscal responsáveis pela fiscalização do fornecimento a serem contratados serão designados na ordem de compra e nota de empenho no momento da solicitação dos materiais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O licitante/contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. impedimento de licitar e contratar;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. as peculiaridades do caso concreto;
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.2. A sanção prevista no inciso I do item 13.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.2.3. A sanção prevista no inciso II do item 13.2, calculada na forma do contrato, será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

13.2.4. A sanção prevista no inciso III do item 13.2 desta ata será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de Não-Me-Toque, pelo prazo de 3 (três) anos.

13.2.5. A sanção prevista no inciso IV do item 13.2. desta ata será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 13.2.4, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

13.2.6. A sanção estabelecida no inciso IV do item 13.2 deste edital será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

- I. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal.

13.2.7. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 13.2. deste edital, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

13.2.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.2.9. A aplicação das sanções previstas no item 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2.10. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 13.2. desta ata, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.2.11. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 13.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração, mediante anuência do Município de Não-Me-Toque/RS, conforme legislação vigente.

14.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o Município de Não-Me-Toque/RS.

14.3. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

14.4. Compete ao Ente não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Município de Não-Me-Toque/RS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. As despesas correrão por conta da Dotação Orçamentária consignada no Orçamento desta Municipalidade.

15.2. Rege-se-á a presente Ata de Registro de Preços, no que for omissivo, pelas disposições constantes na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e pelas condições estabelecidas no Edital do Pregão Presencial do qual ela se originou.

15.3. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Não-Me-Toque/RS com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.4. Justos e acordados firmam o presente, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

NÃO-ME-TOQUE, ___ de _____ de 2026.

MUNICÍPIO DE NÃO-ME-TOQUE/RS
GILSON DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

CONTRATADA



NÃO-ME-TOQUE
CAPITAL NACIONAL DA AGRICULTURA DE PRECISÃO



Examinado e aprovado por:
THIAGO BERWIG
ASSESSOR JURÍDICO
OAB/RS 97.779

TESTEMUNHAS: